

PORTARIA Nº 2.356/2025

**DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE
RESOLUÇÃO EXARADA PELO
CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL** de
Cachoeiro de Itapemirim, Estado do
Espírito Santo, no uso de suas atribuições
delegadas através do Decreto nº 0
35.571/2025, tendo em vista o que
consta no processo nº **97152/2025**,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a **Resolução nº
1080**, de 10 de novembro de 2025, em anexo, exarada pelo
Conselho Municipal de Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na
data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 03 de dezembro de 2025.

EDER BOTELHO DA FONSECA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (Interino)





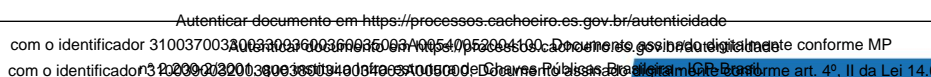


ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este Plano foi elaborado em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Lei nº 12.435/2011, e com os marcos normativos da política, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), entre outras normativas federais, estaduais e municipais.

Alinhado ao Plano Plurianual e às deliberações das conferências de assistência social, o PMAS reafirma o compromisso do município com a oferta pública e estatal da assistência social, organizada em rede, baseada na matricialidade sociofamiliar, na territorialização e no fortalecimento da proteção social básica e especial.

- ✓ 9 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela Proteção Social Básica e atuando como porta de entrada do SUAS;
- ✓ 1 Central de Benefícios, que realiza a gestão do Cadastro Único, programas de transferência de renda e benefícios eventuais;
- ✓ 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), referência para a Proteção Social Especial de média complexidade;



- ✓ 1 Centro Pop “Espaço Vida”, destinado ao atendimento da população em situação de rua;
- ✓ 2 Unidades de Acolhimento Institucional, divididas por faixa etária: “Aprisco Rei Davi” (0 a 11 anos) e “Recanto da Criança” (12 a 18 anos);
- ✓ 1 República para jovens egressos do serviço de acolhimento institucional;
- ✓ 1 Unidade de Acolhimento para adultos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Nos espaços da rede socioassistencial são ofertados ações e serviços diversos, tais como:

- ✓ Nos CRAS: acompanhamento sociofamiliar (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, grupos educativos, oficinas socioeducativas, apoio ao acesso a benefícios e articulação com outras políticas públicas;
- ✓ Na Central de Benefícios: gestão do Cadastro Único e concessão de benefícios eventuais;
- ✓ No CREAS: atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco, violência ou violação de direitos, com acompanhamento psicossocial e medidas socioeducativas;
- ✓ No Centro Pop “Espaço Vida” “Espaço Vida”: abordagens sociais, acolhimento e encaminhamentos para a população em situação de rua;
- ✓ Nas Unidades de Acolhimento: acolhimento protetivo, atendimento socioassistencial, pedagógico e psicossocial;
- ✓ Na República: acompanhamento e promoção da autonomia progressiva dos jovens.

Os equipamentos socioassistenciais do município desempenham um papel estratégico na promoção da proteção social, oferecendo uma gama diversificada de serviços e modalidades de atendimento, articulados de forma integrada para atender às diferentes demandas da população em situação de vulnerabilidade. Entre suas ações destacam-se aquelas voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional, ao acompanhamento familiar especializado, ao Serviço de Acolhimento em Família



O município tem promovido avanços contínuos na consolidação da política de assistência social, por meio do fortalecimento da gestão, ampliação e qualificação dos serviços e valorização dos trabalhadores do SUAS. O PMAS sistematiza o planejamento das ações, definindo objetivos, metas e estratégias para curto, médio e longo prazo, garantindo execução articulada e integrada da política, em consonância com os princípios do SUAS.

A habitação também se apresenta como eixo estratégico da proteção social, uma vez que o acesso à moradia digna contribui para a superação da pobreza, promoção da autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse sentido, o PMAS integra ações de programas habitacionais, regularização fundiária urbana (REURB) e Programa Bolsa Aluguel Social, bem como iniciativas voltadas à ampliação da oferta de moradias, atendimento emergencial de famílias em vulnerabilidade e atualização cadastral de beneficiários, articuladas de forma integrada com a rede socioassistencial.

O PMAS orientará, assim, a implementação de serviços, programas, projetos e benefícios de forma planejada, continuada, integrada e cofinanciada, com vistas à ampliação da cobertura, qualificação da rede socioassistencial e garantia de direitos aos cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e



Que este Plano seja, para os próximos quatro anos, o principal instrumento de gestão democrática, pactuação social e fortalecimento do SUAS, comprometido com a superação das desigualdades sociais e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Contribuições Técnicas

Equipes da Proteção Social Básica, Proteção Social de Média e Alta Complexidade, Central de Benefícios e Transferência de Renda, Vigilância Socioassistencial, Recursos Humanos, Administrativo e Financeiro, Secretaria Executiva dos Conselhos, Organizações da Sociedade Civil parceiras do município, Programas Incluir, Acessuas Trabalho e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC)

Sílvio César Silva Oliveira

Apoio técnico e administrativo

Giovanna Carrozzino Werneck

Edição e revisão



Autenticar documento em <https://processos.cachoeira.es.gov.br/autenticidade>

com o identificador 310037003A083309360036993609A0054065288510. Documento assinado digitalmente conforme MP
com o identificador 310037003A083309360036993609A0054065288510. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.1





Coordenadora do Serviço de Acolhimento Institucional Municipal “Aprisco Rei Davi”

Erika Paulinho de Souza

José Maria de Freitas

Veredina Theodoro de Souza Coelho

Adriana de Mori Gonçalves

Francini Carvalho de Almeida

Cleide Prado Silva

Fabiano dos Santos Sales

Raila da Silva Nunes

Lorena Amisthá Bessa Costa

Mirela Patta Catein

Ailton Alves Weller Junior



Gerente Administrativa

Fabrício da Silva

Coordenador de Logística

Antônio Ormy de Araújo Dessaune

Coordenadora Geral dos Conselhos

Eliza Helena Maroquio Casotti

Referência Técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Ronaldi Brum Severino

Coordenadora do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC)

Kamila Silva Cardoso Marangoni

Coordenadora do Programa Acessuas Trabalho

Simone Correia Moreira

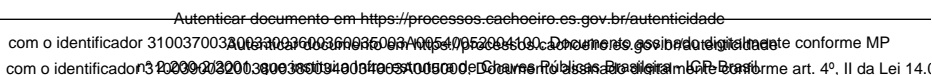


Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade>

[illegible]

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Vínculo dos servidores	40
Tabela 2: Distribuição dos profissionais por serviço/equipamentos	40
Tabela 3: Representação governamental.....	50
Tabela 4: Representação da sociedade civil	51
Tabela 5: População estimada, segundo faixa etária e sexo	59
Tabela 6: Matrículas por rede de ensino - Cachoeiro de Itapemirim (ES).....	74
Tabela 7: Atendimentos no SCFV (2024).....	96
Tabela 8: Quantidade de famílias atendidas (até 09/2025)	98
Tabela 9: Dados de pobreza por município (2024)	98
Tabela 10: Cadastro Único por grupos populacionais tradicionais específicos	102
Tabela 11: Acompanhamento das condicionalidades.....	103
Tabela 12: Benefícios de Prestação Continuada.....	
Tabela 13: Atendimentos realizados no CREAS (2024)	118
Tabela 14: Famílias em acompanhamento pelo PAEFI (até 10/2025).....	120
Tabela 15: Tipos de regularização fundiária.....	143
Tabela 16: Áreas de ZEIS demarcadas no PDM.....	145
Tabela 17: Entidades cadastradas no CNEAS.....	148
Tabela 18: Recursos federal, estadual e municipal previstos na assistência social em 2026, 2027, 2028 e 2029	242



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	27
2	IDENTIFICAÇÃO.....	31
2.1	DADOS MUNICIPAIS.....	31
2.2	DADOS DO ÓRGÃO GESTOR.....	31
2.3	DADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
2.4	DADOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
3	ÓRGÃO GESTOR	33
3.1	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	35
4	CONTROLE SOCIAL NO SUAS	446
4.1	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM–COMASCI	48
4.1.1	Dados do Conselho Municipal de Assistência Social	48
4.1.2	Organização do Conselho Municipal de Assistência Social	48
4.2	INSTÂNCIAS DE CONTROLE VINCULADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	52
4.2.1	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONSEMCA	52
4.2.2.	Conselho Municipal do Idoso – CMI	52
4.2.3	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDPEDE	53
4.2.4	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN	53
4.2.5	Conselhos Tutelares - Regionais I e II.....	53
5	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	55



5.1 HISTÓRICO	55
5.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO	56
5.3 DADOS POPULACIONAIS	58
5.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	60
5.5 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	61
5.5.1 Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.....	62
5.6 TRANSPORTE E MOBILIDADE EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	65
5.6.1 Transporte coletivo e urbano.....	65
5.6.2 Transporte rodoviário	65
5.6.3 Transporte aéreo	66
5.6.4 Transporte ferroviário	66
5.7 SANEAMENTO BÁSICO.....	67
5.8 TRABALHO E RENDA	67
5.9 CULTURA	71
5.10 EDUCAÇÃO	72
5.11 SAÚDE.....	74
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	76
6.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	85
6.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	93
6.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	94
6.1.3 Central de Cadastro Único (CadÚnico).....	96
6.1.4 Programa Bolsa Família (PBF)	102
6.1.5.1 Central de Benefícios Continuados e Eventuais	105
6.1.5.2 BPC na Escola	108
6.1.5.3 Benefícios Eventuais	109



6.1.5.4 Programa Passe Livre	110
6.1.5.5 Tarifa Social de Água e Esgoto	111
6.1.6 Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho).	112
6.1.7 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC)	113
6.1.8 Programa Incluir	115
6.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	116
6.2.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	117
6.2.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	118
6.2.1.2 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas	120
6.2.1.3 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	121
6.2.2 Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) “Espaço Vida”	123
6.3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	127
6.3.1 Serviço de Acolhimento Institucional Municipal “Aprisco Rei Davi”	128
6.3.2 Serviço de Acolhimento Institucional Municipal “Recanto da Criança”	130
6.3.3 Serviço de Acolhimento em República	130
6.3.4 Serviço de Acolhimento para Adultos em Situação de Rua – Casa de Passagem	131



6.3.5 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (SAAF)	134
6.3.6 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA)	135
6.3.7 Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI)	1356
6.4 PROJETO DE APADRINHAMENTO	137
6.5 BANCO DE ALIMENTOS	139
6.6 HABITAÇÃO	141
6.6.1 Regularização Fundiária	141
6.6.2 Panorama da habitação em Cachoeiro de Itapemirim	146
6.7 REDE SOCIOASSISTENCIAL DO TERCEIRO SETOR	147
7 DIRETRIZES E PRIORIDADES	147
7.1 DIRETRIZES GERAIS	149
7.2 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2026-2029	150
8 AÇÕES ESTRAGÉICAS E METAS	152
8.1 EIXO 1: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	152
8.2 EIXO 2: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	178
8.3 EIXO 3: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	190
8.4 EIXO 4: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	204
8.5 EIXO 5: GESTÃO DO SUAS	207
8.6 EIXO 6: CONTROLE SOCIAL	216
8.7 EIXO 7: CONSELHO TUTELAR	219
8.8 EIXO 8: RECURSOS HUMANOS	222
8.9 EIXO 9: TERMOS DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR	225
8.10 EIXO 10: FINANCEIRO - CONTÁBIL - CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA	225



FUNDOS	231
8.11 EIXO 11: BANCO DE ALIMENTOS/CONSEAN/CAISAN	234
8.12 EIXO 12: HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	236
8.13 SÍNTESE.....	240
9 FINANCIAMENTO	241
10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	250
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS	255



Coordenação Cadastro Único e Bolsa Família, Coordenação de Benefícios e Transferência de Rendas, Coordenação de Almoxarifados e Alimentos, Coordenação do Centro de Convivência Vovó Matilde; Gerência de Proteção Social Especial: Coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Coordenação do Centro Pop “Espaço Vida”, Coordenação de Medida Socioeducativa e Coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Gerência Adjunta de Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescente: Coordenação de Serviços de Acolhimento.

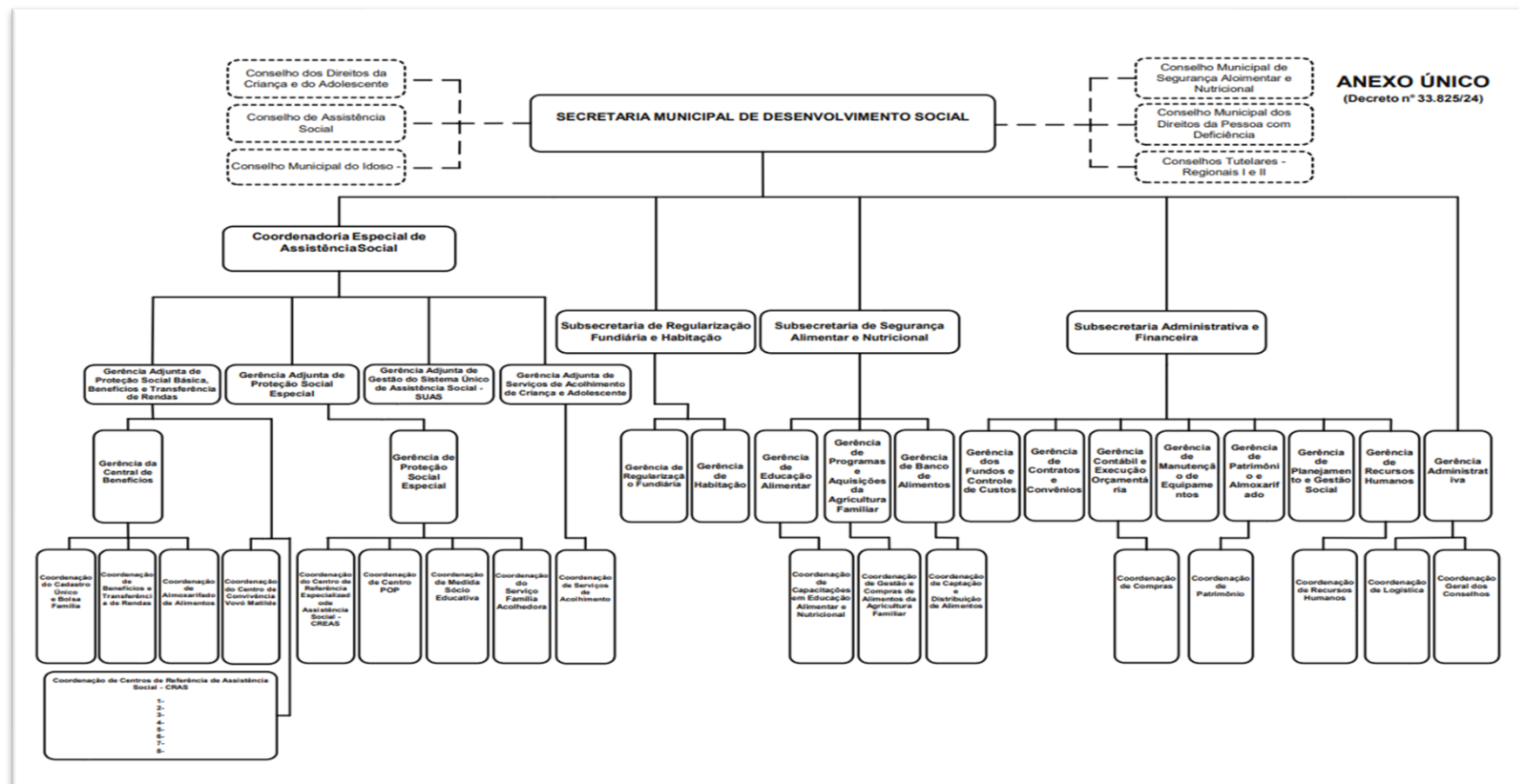
As responsabilidades das Gerências e das Coordenações estão direcionadas e pautam-se na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social e no alcance dos objetivos, metas e resultados esperados com as ofertas e atendimentos desta política, com vistas à proteção social, em todos os níveis, dos sujeitos e famílias, prioritariamente os que vivenciam situações de risco, vulnerabilidades e violações de direitos. Com o desenvolvimento de suas atribuições e competências, contribuem para o enfrentamento da desigualdade social, da pobreza, extrema pobreza e de diversas e diversificadas expressões do social, por meio de ações que proporcionam o acesso aos direitos humanos e o atendimento das necessidades básicas, garantindo uma condição de vida digna para as famílias.

A Subsecretaria de Regularização Fundiária e Habitação possui duas gerências, sendo elas a Gerência de Regularização Fundiária e a Gerência de Habitação.

Cabe à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional a interlocução e articulação com os demais segmentos afins visando à execução política de Segurança Alimentar e Nutricional a nível municipal. Ela abarca três gerências, sendo: Gerência de Educação Alimentar, Gerência de Programas e Aquisições da Agricultura Familiar e Gerência de Banco de Alimentos. A Gerência de Educação Alimentar liga-se à Coordenação de Capacitações em Educação Alimentar e Nutricional. A Gerência de Programas e Aquisições da Agricultura Familiar liga-se à Coordenação de Gestão e Compras de Alimentos da Agricultura Familiar. A Gerência do Banco de Alimentos liga-se à Coordenação de Captação e Distribuição de Alimentos.



Figura 1 - Organograma da Semdes



Fonte: PMCI (2025)



Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade>

com o identificador 31003900320038003800340034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



A Semdes conta com 415 trabalhadores, que apresentam os seguintes vínculos:

Tabela 1 - Vínculo dos servidores

Tipo de Vínculo	Quantidade
Comissionado	37
Contrato Temporário	186
Designação Temporária	21
Eletivo - Sem Vínculo (Conselho Tutelar)	10
CLT-E	3
Efetivo	126
Efetivo – Função Gratificada	24
Estagiários	18
Total	415

Fonte: Recursos Humanos da Semdes. Elaborado por Captar Consultoria Pública

Na Política de Assistência Social, os locais de atendimento e prestação de serviços à população são denominados “equipamentos socioassistenciais”, que constituem a base operacional da política pública e são organizados para garantir a oferta contínua de serviços, programas, projetos e benefícios às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

No município, os equipamentos da rede socioassistencial contam com cerca de 316 servidores. Esses equipamentos são estruturados segundo as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo classificados como de proteção social básica ou especial, conforme suas respectivas funções no território (BRASIL, 2009).

Tabela 2 - Distribuição dos profissionais por serviço/equipamentos

Serviço/Equipamento	Quantidade
CRAS (9)	101
CREAS	29
Centro Pop “Espaço Vida”	17
Central de Benefícios	22
Centro de Convivência “Vovó Matilde”	14
Serviço de Acolhimento para Adultos e Família	14
SAIM “Aprisco Rei Davi”	45



SAIM “Recanto da Criança”	28
Conselho Tutelar	27
Gestão	19
Total	316

Fonte: Recursos Humanos da Semdes. Elaborado por Captar Consultoria Pública

A oferta qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é realizada pelas equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social, responsáveis pela organização, execução e acompanhamento das ações de proteção social básica e especial. De acordo com a NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006), essas equipes devem ser dimensionadas conforme o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo e a complexidade dos atendimentos ofertados, bem como as aquisições sociais que se pretende garantir aos usuários, de modo a assegurar a continuidade, a efetividade e a qualidade dos serviços prestados (Brasil, 2006).

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) reforça que a gestão descentralizada e participativa da política de assistência social deve garantir recursos humanos qualificados para a execução das ações, respeitando os princípios da universalidade, da equidade e da integralidade da proteção social. Complementarmente, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) define que a atuação das equipes de referência é condição indispensável para assegurar o caráter continuado e planejado dos serviços, orientados pela matricialidade sociofamiliar e pelo fortalecimento de vínculos comunitários.

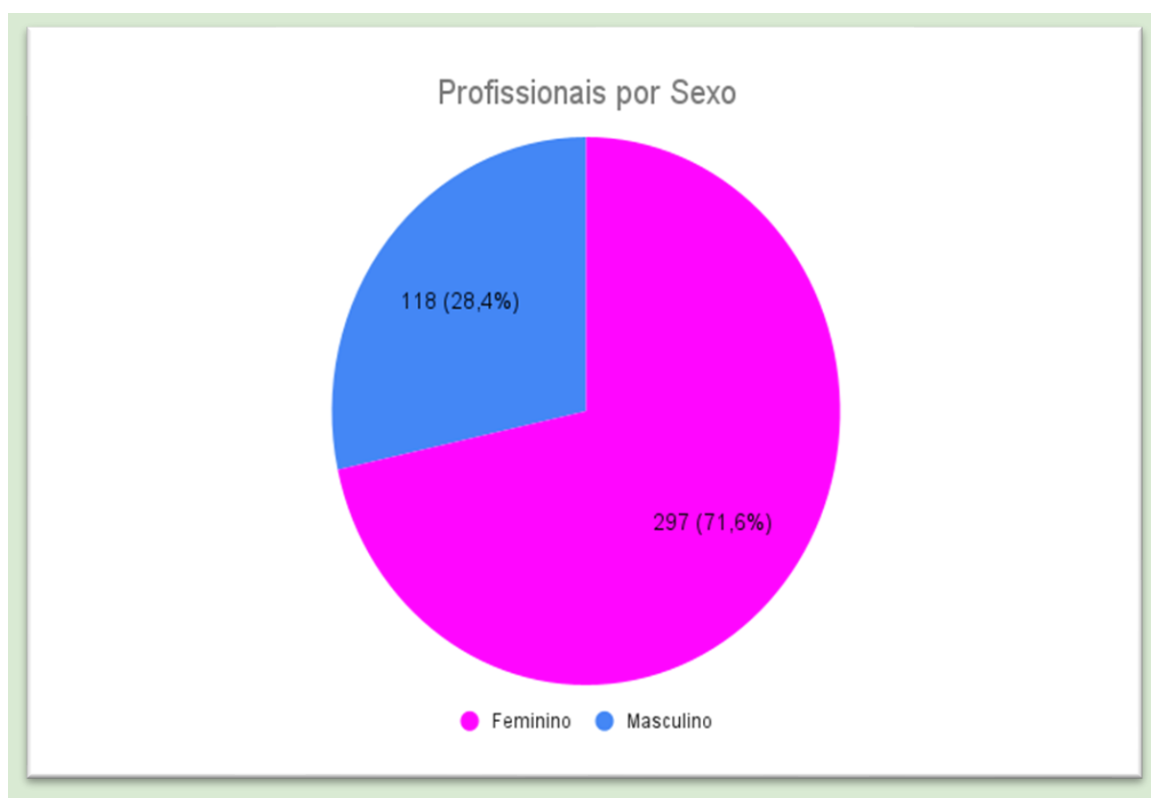
Nesse sentido, a gestão municipal deve assegurar a adequada composição, dimensionamento e qualificação das equipes, conforme os parâmetros definidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), de forma a garantir a execução eficiente das ações e o alcance dos resultados previstos nos planos e metas institucionais. A qualificação permanente dos trabalhadores, por meio de capacitações, supervisões técnicas e apoio institucional, constitui estratégia essencial para a melhoria da qualidade dos serviços, a padronização de procedimentos e o fortalecimento da gestão do trabalho no âmbito da política de assistência social.

Dessa forma, o dimensionamento e a qualificação das equipes configuram-se como pilares para o aprimoramento da gestão administrativa e operacional da rede socioassistencial, contribuindo diretamente para a consolidação da assistência social como política pública



no concurso público realizado em 2024, havendo uma redução significativa da disparidade entre os vínculos. A gestão municipal tem atuado no sentido de ampliar gradualmente o número de servidores efetivos, reconhecendo que a valorização do quadro permanente contribui para a continuidade, qualificação e estabilidade dos serviços ofertados à população.

Gráfico 3 - Divisão dos profissionais por sexo



Fonte: RH Semdes

A composição da equipe de profissionais da assistência social no município revela uma predominância do sexo feminino. Do total de 415 servidores, 297 são mulheres, o que corresponde a 71,6%, enquanto 118 são homens, representando 28,4% do quadro. Essa distribuição segue uma tendência observada nacionalmente nas políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde a presença feminina é majoritária, refletindo aspectos históricos, sociais e culturais da divisão do trabalho no campo do cuidado e das políticas sociais.

Referente à escolaridade dos profissionais lotados na Semdes, 178 possuem Ensino Médio completo; 165, Ensino Superior completo; 39, Ensino Fundamental incompleto; e 33, Ensino Fundamental completo, conforme gráfico 4:



4.2 INSTÂNCIAS DE CONTROLE VINCULADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população e de usuários da assistência social na formulação e implementação de políticas públicas. Sendo assim, a Semdes apoia e fomenta a criação de conselhos específicos a cada área, como forma de empoderamento dos segmentos sociais. Além do Conselho Municipal de Assistência Social, encontram-se hoje, ligados a esta Secretaria os seguintes conselhos:

Criado pela Lei Municipal nº. 5.174, de 25 de maio de 2001, e funcionando por meio da Lei nº 7053, de 29 de agosto de 2014, com 24 membros, considerando titulares e suplentes, sendo 12 representantes governamentais e 12 representantes da sociedade civil, nomeados pelo Decreto nº 33.790, de 22/02/2024.

Criado pela Lei Municipal nº.5.506, de 28 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº.5.866, de 09 de agosto de 2006, e funcionando por meio da Lei nº 7839, de 5 de outubro de 2020. Composto por 24 membros, considerando titulares e suplentes, sendo 12 representantes governamentais e 12 representantes da sociedade civil, nomeados pelo Decreto nº 34.563, de 24/09/2024.

5 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

5.1 HISTÓRICO

Cachoeiro de Itapemirim, situado na região sul do Estado do Espírito Santo, tem suas origens remontadas ao início do século XIX, quando se iniciou o processo de colonização liderado por Francisco Alberto Rubim, então donatário da capitania. À época, a área era predominantemente habitada pelos povos indígenas puris e botocudos, que ocupavam extensas faixas do território. Por volta de 1812, os primeiros colonos começaram a se estabelecer na região, dando início à formação de um núcleo populacional embrionário.

A partir de 1846, o antigo arraial de Cachoeiro começou a adquirir contornos urbanos mais definidos, especialmente com a construção das primeiras moradias na localidade hoje conhecida como bairro Baiminas. Em 1864, a localidade foi elevada à categoria de vila, desmembrando-se do município de Itapemirim, marco fundamental rumo à autonomia político-administrativa. Poucos anos depois, em 25 de março de 1867, concretizou-se a emancipação política de Cachoeiro de Itapemirim, com a instalação oficial da Câmara Municipal, evento que simbolizou o início da institucionalização da gestão pública local.

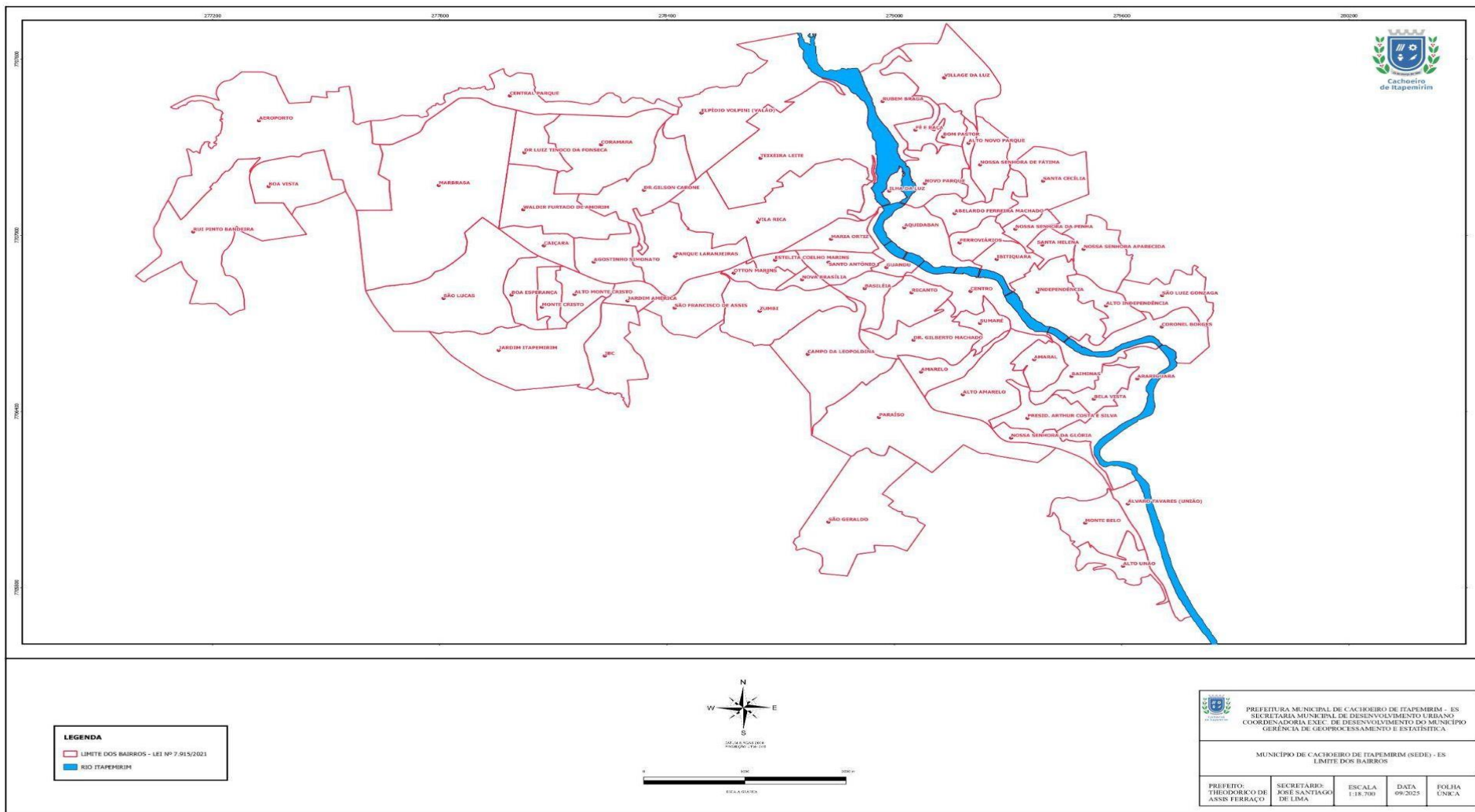
Ao longo do século XIX, o município experimentou expressivo crescimento econômico, impulsionado principalmente pela cafeicultura, atividade que consolidou Cachoeiro como um importante centro produtor e comercial, favorecendo a expansão urbana e o surgimento de novas vias de comunicação e transporte.

Nas décadas seguintes, o município manteve trajetória de desenvolvimento e modernização, tanto em sua estrutura administrativa quanto em suas políticas sociais. Um marco importante ocorreu em 1993, com a criação do Fundo Municipal de Assistência Social, instrumento voltado à gestão e aplicação de recursos destinados à promoção do bem-estar e da inclusão social da população.

Atualmente, Cachoeiro de Itapemirim destaca-se como o principal polo econômico do sul capixaba, abrigando expressivos setores industriais, comerciais e de serviços. Em 2025, o município celebra 158 anos de emancipação política, reafirmando sua relevância histórica e seu compromisso com o progresso regional. Combinando tradição e inovação, a cidade preserva sua identidade cultural ao mesmo tempo em que investe continuamente em desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e fortalecimento das políticas públicas que atendem às necessidades de seus cidadãos.



Figura 2 - Mapa dos bairros de Cachoeiro do Itapemirim



Fonte: SEMDURB/PMCI (09/2025)



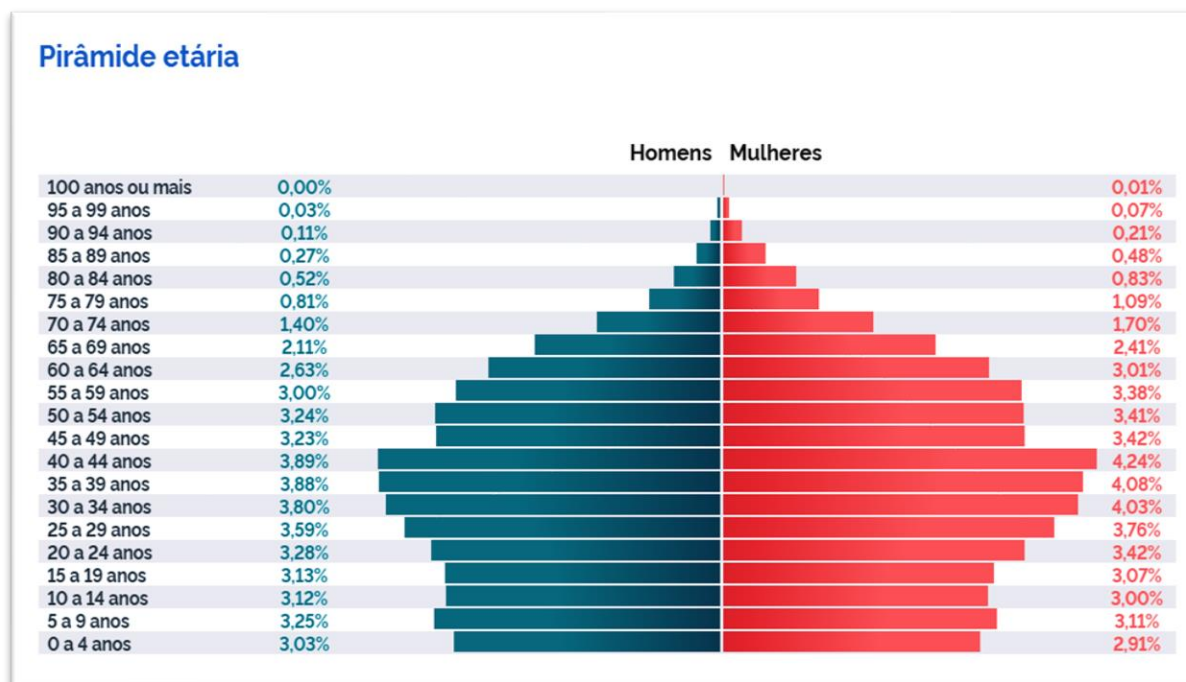
Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade>

com o identificador 31003900320038003800340034003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

com o identificador 31003900320038003800340034003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Gráfico 6 - Pirâmide etária



Fonte: IBGE (2022)

Tabela 5 - População estimada, segundo faixa etária e sexo

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	5632	5401	11033
5 a 9 anos	6034	5774	11808
10 a 14 anos	5791	5575	11366
15 a 19 anos	5824	5705	11529
20 a 29 anos	12777	13341	26118
30 a 39 anos	14284	15071	29355
40 a 49 anos	13238	14234	27472
50 a 59 anos	11598	12601	24199
60 a 69 anos	8795	10066	18861
70 a 79 anos	4118	5181	9299
80 a 89 anos	1479	2439	3918
90 a 99 anos	272	527	799
100 mais	5	24	29
TOTAL	89847	95939	185.786

Fonte: Elaboração Vigilância Socioassistencial. Dados do IBGE (Censo 2022)



Paridade do Poder de Compra (IDH-R). O IDH varia entre 0 e 1 e é classificado em cinco faixas: muito alto (0,800 – 1,000), alto (0,700 – 0,799), médio (0,600 – 0,699), baixo (0,500 – 0,599) e muito baixo (0,000 – 0,499). Assim, com um índice atual de 0,746, Cachoeiro de Itapemirim se enquadra na categoria de desenvolvimento humano alto.

5.5 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Cachoeiro de Itapemirim conta com população estimada em 198.323 habitantes, em 2024, consolidando-se como o município mais populoso do sul do Espírito Santo e polo regional de referência.

Em termos estruturais, seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou valores estimados em torno de R\$6,1 bilhões, com PIB per capita de R\$28.971,61 (referência em 2021). A composição setorial prevista atribui aproximadamente 51,1 % do valor adicionado aos serviços, 28,7 % à indústria e cerca de 1,5 % à agropecuária.


Quanto à distribuição de renda, o índice Gini municipal para renda domiciliar *per capita*, mostra trajetória de redução nos ciclos censitários: valores de 0,5698, passando para 0,5474 e, mais recentemente, 0,5301, indicando leve tendência de diminuição da desigualdade interna no município.

No mercado de trabalho formal, estima-se que o município conte com cerca de 49,7 mil empregos formais, segundo perfil econômico local. Entre janeiro e agosto de 2025, foram gerados 1.513 novos postos formais no município (saldo positivo entre admissões e desligamentos).

Em âmbito estadual, o Espírito Santo registrou taxa de desocupação de 3,1 % no 2º trimestre de 2025, a mais baixa da série histórica para o estado, e taxa de 3,9 %, no final de 2024 — condições favoráveis ao contexto regional em que se insere Cachoeiro. Em termos de rendimentos, o rendimento domiciliar per capita estadual atingiu R\$2.068, em 2024, com crescimento real de 13,8 %, no período 2022-2024.

Esses dados, embora não específicos ao município para alguns indicadores — como taxa de pobreza ou desemprego local recente — permitem um panorama robusto da realidade socioeconômica de Cachoeiro de Itapemirim e ajudam a embasar o





Período	Indivíduos em Extrema Pobreza (estimado)
2015-2019	13.500
2025	30.000

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, em 2024, Cachoeiro de Itapemirim ocupava o 11º lugar dentro das menores estimativas de pobreza, com 21,2%, no Estado do Espírito Santo.

Neste sentido, o percentual de pobreza refere-se ao número de pobres no Cadastro Único em relação às pessoas cadastradas; já a estimativa de pobreza considera toda a população. Vale ressaltar que tais dados não captam os efeitos das políticas de transferência de renda.

64



que asseguram conexões diretas com os municípios da região sul do Espírito Santo, além de ligação com o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A cidade é considerada um polo logístico regional, com intensa movimentação de cargas, especialmente dos setores de rochas ornamentais, móveis e produtos agrícolas.

5.6.3 Transporte aéreo

Cachoeiro de Itapemirim conta com o Aeroporto Municipal Raimundo de Andrade, localizado a cerca de 5 km do centro urbano. O equipamento atende voos de pequeno porte e aviação geral, sendo utilizado para aeronaves executivas, aeromédicas, de instrução e transporte de cargas leves.

Embora atualmente não existam voos comerciais regulares, o aeroporto encontra-se em processo de modernização e ampliação, com investimentos estaduais estimados em R\$ 76,5 milhões, contemplando a readequação da pista, implantação de novos equipamentos de navegação aérea, construção de um terminal de passageiros e ampliação do pátio de aeronaves.

As melhorias previstas permitirão, a partir de 2026, a retomada de operações comerciais regulares, fortalecendo a integração regional e impulsionando o desenvolvimento econômico e turístico do município.

5.6.4 Transporte ferroviário

O território de Cachoeiro de Itapemirim é atravessado pela antiga Linha do Litoral, pertencente à extinta Estrada de Ferro Leopoldina, que historicamente conectava o município às capitais Vitória (ES) e Rio de Janeiro (RJ). O transporte ferroviário de passageiros foi desativado na década de 1980, mantendo-se apenas o transporte ferroviário de cargas.

Na década de 1990, os trilhos foram removidos da área central após a implantação de um novo traçado fora do perímetro urbano. Com a privatização da Rede Ferroviária Federal a malha foi concedida à Ferrovia Centro-Atlântica, que atualmente responde pelo transporte de cargas industriais, minerais e de rochas ornamentais. A concessão inclui também um pequeno trecho remanescente do Ramal Sul do Espírito Santo, ligando o bairro Morro Grande ao distrito de Coutinho.

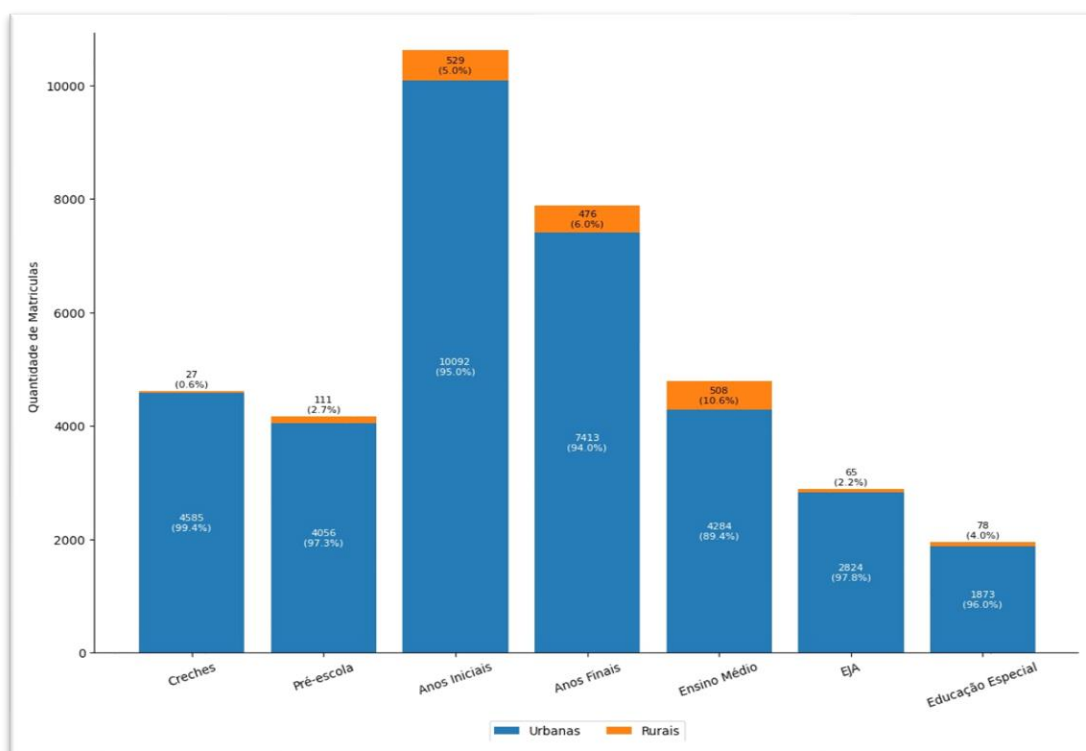


Figura 3 - Informações sobre trabalho e rendimento

Código do Município	Gentílico	Aniversário
3201209	cachoeirense	25 de março
Prefeito  THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO		
 POPULAÇÃO 		
 TRABALHO E RENDIMENTO 		
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	2,1 salários mínimos	
Pessoal ocupado em postos de trabalho formais [2022]	61.797 pessoas	
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	33,3 %	

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025 Cachoeiro teve um saldo de estoque de 1.160. Cabe ressaltar que o valor do estoque em determinado mês ou ano mostra o tamanho da força de trabalho formal no país e revela se o número de trabalhadores está subindo ou caindo.

Gráfico 11 - Distribuição de matrículas por etapa de ensino (zona urbana X zona rural) - 2024



Com base nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2025), o município de Cachoeiro segue em linha crescente desde 2015, mas, em 2023, obteve taxa de 5.9, estando abaixo do Estado com 6.3 e a nível nacional com 6.0.

Tabela 6 - Matrículas por rede de ensino – Cachoeiro de Itapemirim (ES)

ANO	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	REDE PRIVADA	TOTAL
2023	34.205	10.512	3.890	48.607
2024	34.590	10.800	4.020	49.410

Fonte: INEP (2025). Os números apresentados são aproximados e podem variar ligeiramente devido a ajustes nos dados finais divulgados pelo INEP.

Análise da evolução:

- Rede municipal: Houve um aumento de aproximadamente 1,1% nas matrículas entre 2023 e 2024, refletindo a continuidade da expansão da oferta de vagas na educação básica municipal.
- Rede estadual: A rede estadual registrou um crescimento de cerca de 2,7% no mesmo período, indicando uma leve ampliação na procura por vagas no ensino estadual.
- Rede privada: Observou-se um aumento de aproximadamente 3,3% nas matrículas na rede privada, sugerindo uma recuperação ou expansão da educação particular após os impactos da pandemia.

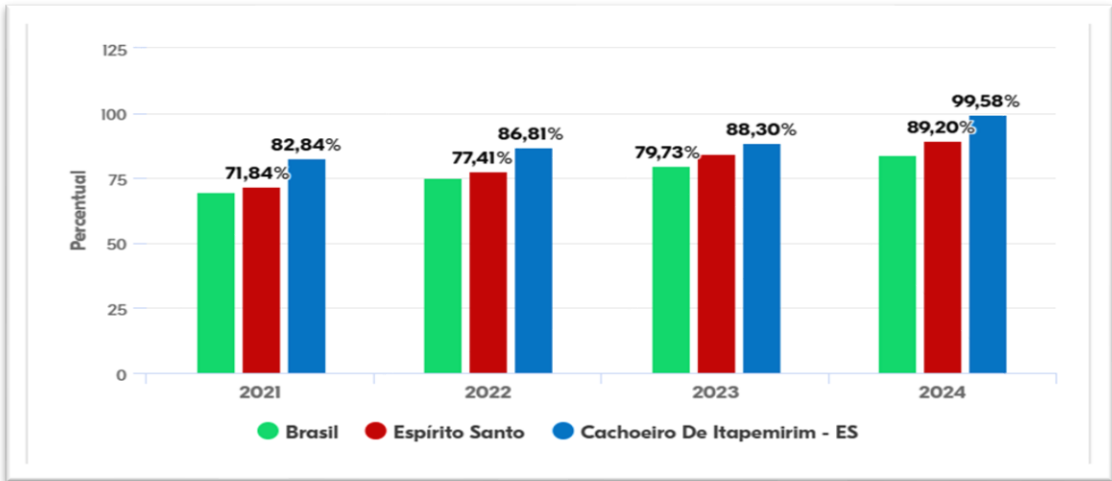
5.11 SAÚDE

A saúde é um direito fundamental que abrange ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população, contemplando desde a atenção básica até os serviços especializados.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a Estratégia Saúde da Família (ESF) é o principal modelo de atenção primária, responsável pelo acompanhamento contínuo das famílias por meio de equipes multidisciplinares que realizam visitas domiciliares, ações de prevenção e promoção da saúde. A ESF contribui para a melhoria da qualidade de vida e para a redução da demanda por serviços hospitalares, atuando de forma integrada com outras políticas públicas, visando, dentre outras coisas, ao enfrentamento das desigualdades sociais.



Gráfico 12 – Cobertura da atenção primária à saúde

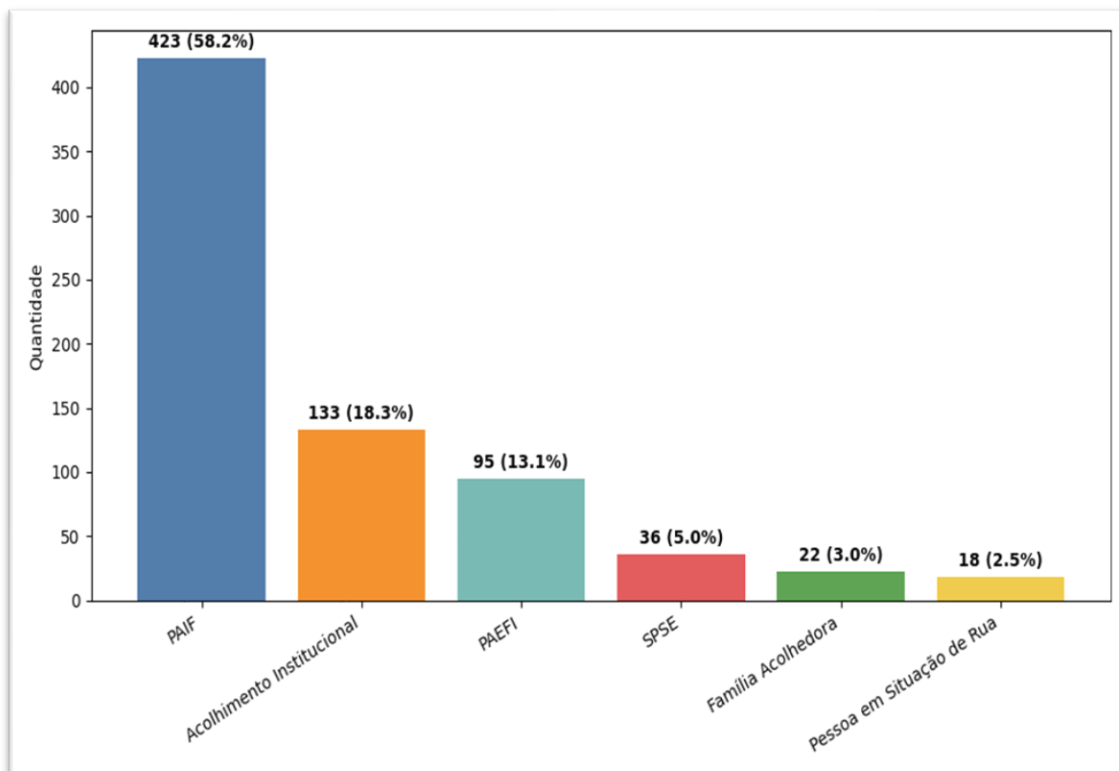


Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2024).

O gráfico mostra que a cobertura da atenção primária à saúde em Cachoeiro de Itapemirim tem crescido de forma constante entre 2021 e 2024, alcançando 99,58%, em 2024, superando tanto a média do Espírito Santo quanto a do Brasil. Esse avanço indica um fortalecimento significativo dos serviços básicos de saúde no município, o que contribui para uma melhor prevenção e acompanhamento da população local.

Apesar dos avanços observados na ampliação dos serviços de atenção primária, ainda é necessária uma articulação mais efetiva entre os setores de saúde e assistência social. Segundo Santos (2021, p. 13), “[...] a integração entre essas políticas é fundamental para enfrentar os determinantes sociais da saúde, como condições habitacionais, saneamento básico e vulnerabilidade econômica, garantindo maior equidade e eficácia nas ações públicas”. Dessa forma, a cooperação intersetorial torna-se imprescindível para a promoção do bem-estar integral da população.

Gráfico 13 - Atendimento por serviço



Fonte: Sistema CAPTAR (2025)

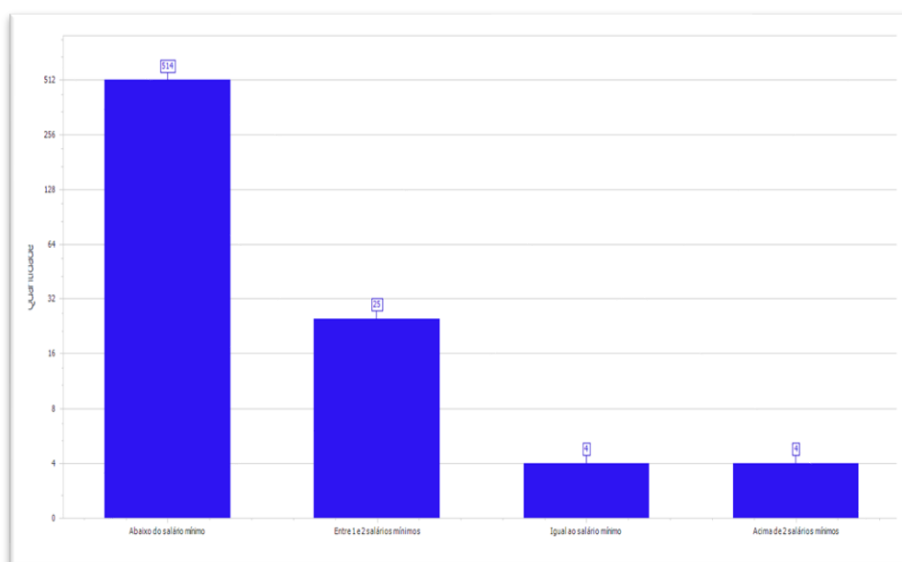
Observa-se que, embora a população em situação de rua constitua um segmento prioritário no escopo dos atendimentos ofertados pela rede socioassistencial, seu acompanhamento sistemático configura-se como um desafio persistente para a gestão e para os serviços de média complexidade. Tal complexidade decorre, sobretudo, da baixa adesão ao Plano de Acompanhamento Individual (PAI), instrumento técnico-operativo essencial para a organização das ações ofertadas, para o monitoramento de resultados e para a construção de trajetórias de superação das vulnerabilidades sociais identificadas. A irregularidade na utilização dos serviços, a alta rotatividade territorial, os agravos relacionados à saúde mental, o uso abusivo de substâncias psicoativas, bem como a fragilidade ou inexistência de vínculos familiares e comunitários, impactam diretamente a permanência e o engajamento dos usuários nas ações planejadas. Tais fatores demandam estratégias intersetoriais qualificadas, abordagem territorial contínua, metodologias de busca ativa e estabelecimento



progressivo de vínculos, de modo a favorecer a adesão e possibilitar a efetivação dos objetivos pactuados no âmbito da Proteção Social Especial.

No que se refere aos usuários atendidos em decorrência de violações de direitos, o gráfico apresentado a seguir evidencia o perfil econômico desse público com base nos registros sistematizados pela Vigilância Socioassistencial para o ano de 2024. A análise dessa dimensão é fundamental para identificar padrões de desproteção associados à insuficiência de renda, inserção precária no mundo do trabalho, acesso limitado a benefícios socioassistenciais e exposição a riscos sociais. Tais informações subsidiam o planejamento técnico, a tomada de decisão baseada em evidências e a articulação com demais políticas públicas, permitindo a qualificação das respostas socioassistenciais, a prevenção de reincidências e a promoção de trajetórias de proteção integral, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Gráfico 14 - Atendimentos por *renda per capita*



Fonte: Sistema CAPTAR (2025)

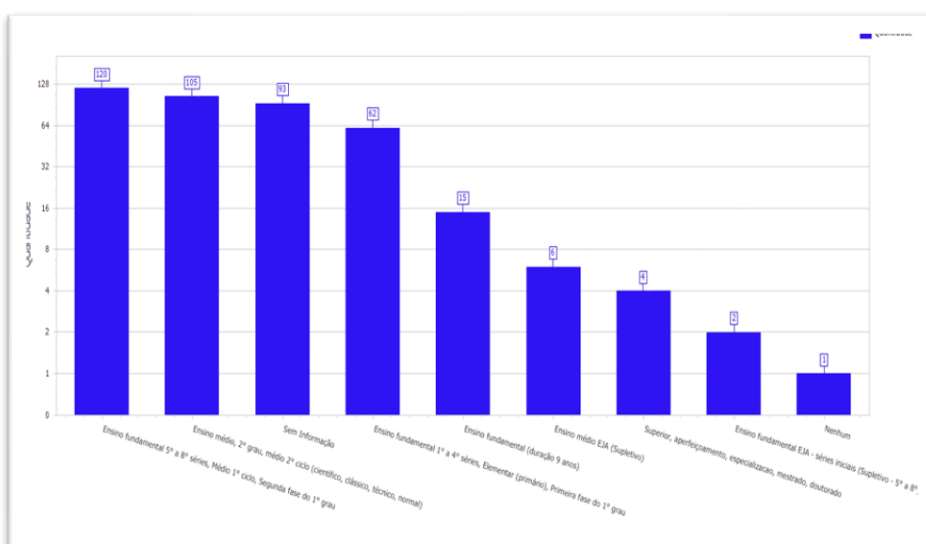
De acordo com dados do sistema Captar, verifica-se que a maior parte dos usuários que teve seus direitos violados, em 2024, possuía renda *per capita* reduzida, padrão que se manteve até agosto de 2025, período em que 260 atendimentos envolveram famílias com renda *per capita* inferior a um salário-mínimo (CAPTAR, 2025). Segundo Luzia e Liporoni (2023), tais situações de violência decorrem de direitos sociais



ameaçados ou violados, seja por falha do Estado, seja por parte da família, demandando assim, acompanhamento pela rede da Proteção Social Especial. Neste contexto, a falta de acesso a bens e serviços públicos reflete em riscos sociais causados aos sujeitos de uma sociedade, e estes, não devem ser responsabilizados pela situação de violação em que se encontram, considerando as fragilidades da rede de garantia de direitos (LUZIA; LIPORONI, 2023).

Complementarmente, a maior parte das pessoas atendidas em 2024 com registro de situações de violência apresenta baixo nível de escolaridade, evidenciando a correlação entre vulnerabilidades educacionais e a incidência de violações de direitos. Esse dado reforça a compreensão de que a baixa escolarização constitui um fator que potencializa a condição de vulnerabilidade social, limitando o acesso a oportunidades de trabalho formal, à informação e ao exercício pleno da cidadania. Tal cenário demanda ações integradas entre as políticas públicas de assistência social, educação e trabalho e renda, de modo a ampliar o acesso à qualificação, fortalecer a autonomia das famílias e prevenir a reincidência de situações de violência. Nesse sentido, os serviços socioassistenciais devem atuar não apenas na proteção imediata das vítimas, mas também na promoção de estratégias de superação das desigualdades estruturais que atravessam o território e impactam diretamente a população com menor escolaridade.

Gráfico 15 - Nível de escolaridade das pessoas atendidas com registro de violência

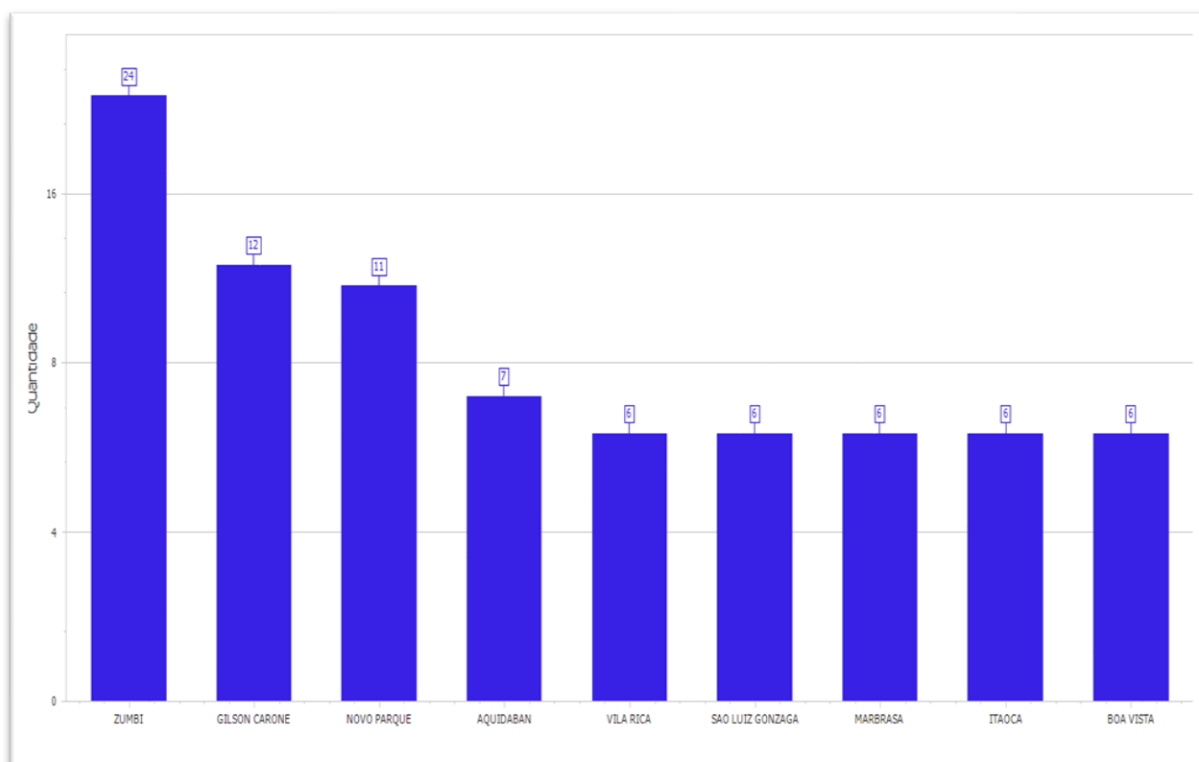


Fonte: Sistema CAPTAR (2025)



Em um mapeamento dos bairros do município de Cachoeiro de Itapemirim com maior índice de casos atendidos com ocorrência de violência, o bairro Zumbi em 2024 ocupou o primeiro lugar no *ranking* com o atendimento de 38 (trinta e oito) casos, seguindo do bairro Gilson Carone com 21 (vinte e um) e São Luiz Gonzaga 20 (vinte) casos. Os bairros com maior índice de casos de violência até agosto de 2025 foram Zumbi e Gilson Carone

Gráfico 16 - Bairros com maior índice de violência (até 08/2025)



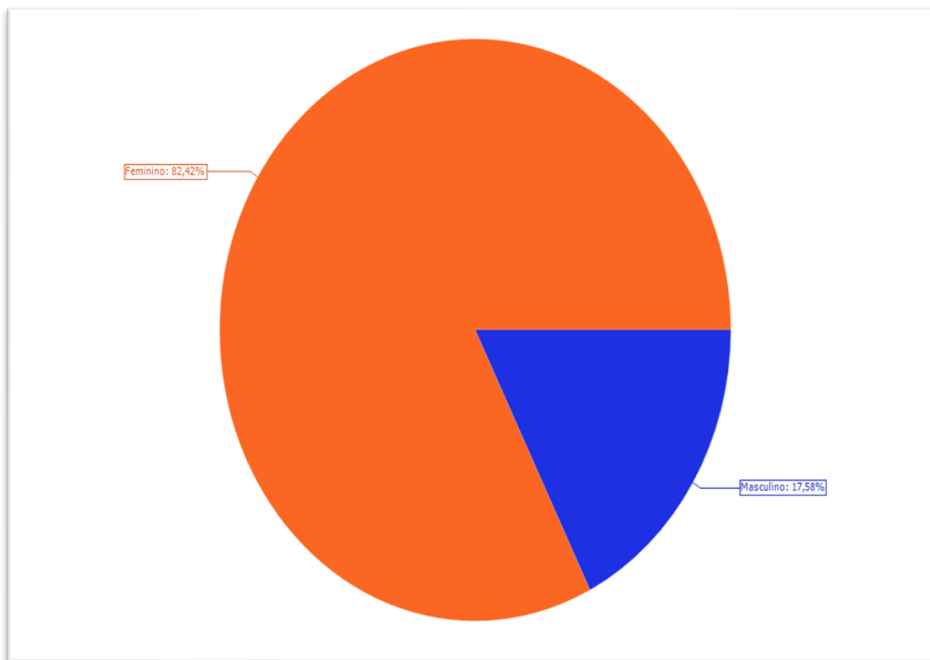
Fonte: Sistema CAPTAR (2025)

Entre os tipos de violência registrados, a maior parte dos casos refere-se à violência doméstica e intrafamiliar, com 183 ocorrências, seguida de 95 casos de abuso e exploração sexual e, em terceiro lugar, 59 casos de violência física.

No que se refere ao gênero, 83,36% dos casos de violência, em 2025, tiveram como vítimas as mulheres, enquanto homens representaram 16,64% dos casos (CAPTAR, 2025). Até setembro de 2025, essa discrepância se manteve, com 82,42% de mulheres e 17,58% de homens vítimas.



Gráfico 17 - Violência por sexo (até 08/2025)



Fonte: Sistema CAPTAR (2025)

Dessa forma, os dados apontam para fragilidades sociais e econômicas complexas, resultantes de processos históricos e estruturais que perpetuam desigualdades no território. Essas vulnerabilidades demandam respostas intersetoriais planejadas em curto, médio e longo prazos, com monitoramento contínuo e análise crítica dos indicadores socioassistenciais, de modo a orientar intervenções mais precisas e contextualizadas às realidades locais.

Sob a ótica da interseccionalidade, compreende-se que as situações de vulnerabilidade e violação de direitos não se distribuem de maneira uniforme, mas se intensificam quando se cruzam fatores como gênero, raça, etnia, deficiência, idade, orientação sexual e classe social. Esses marcadores sociais da diferença operam de forma combinada, ampliando as barreiras de acesso a direitos e a oportunidades, e exigem que as políticas públicas de assistência social incorporem uma leitura multidimensional e interdependente das desigualdades.

Nesse sentido, torna-se fundamental que as ações da rede socioassistencial transcendam respostas imediatas e emergenciais, orientando-se também pela

consolidação do reconhecimento da política de assistência social como instrumento efetivo de garantia de direitos e promoção da proteção social no município.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a rede socioassistencial é formada por equipamentos públicos e privados sem fins lucrativos, que executam as ações da política pública de assistência social nos territórios, garantindo proteção, apoio e inclusão às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Essa rede é composta por serviços, programas, projetos e benefícios, executados diretamente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e referenciadas aos equipamentos públicos correspondentes.

Entre os principais componentes da rede, destacam-se:

- Centros de Referência de Assistência Social: atuam na proteção social básica, funcionando como porta de entrada do SUAS nos territórios, oferecendo acompanhamento sociofamiliar, atividades de convivência, fortalecimento de vínculos, orientação e encaminhamento para programas e serviços.
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social: oferece atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de risco, violência ou violação de direitos, promovendo acompanhamento psicossocial, medidas socioeducativas e serviços de enfrentamento à violência.
- Centro POP “Espaço Vida”: atende a população em situação de rua, realizando abordagens sociais, acolhimento, encaminhamentos e promovendo acesso a direitos básicos.
- Unidades de Acolhimento Institucional e República para jovens: proporcionam proteção integral, acompanhamento pedagógico, socioassistencial e psicossocial para crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo acolhimento temporário e transição para a vida independente.
- Central de Cadastro Único e Benefícios: realiza a gestão do Cadastro Único, possibilitando o acesso a programas de transferência de renda federais e municipais, além da concessão de benefícios eventuais.



- 1 unidade de acolhimento (Casa de Passagem Cáritas Diocesana)
- 1 Instituição de atendimento para pessoas com deficiência (Apae)

6.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

No âmbito da gestão do Sistema Único de Assistência Social em Cachoeiro de Itapemirim, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social organiza suas ações de acordo com a estrutura de Proteção Social Básica e Especial, buscando garantir a oferta qualificada, descentralizada e territorializada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso a direitos e o desenvolvimento de capacidades e potencialidades das famílias e indivíduos. Já a Proteção Social Especial destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos, exigindo acompanhamento especializado e ações articuladas voltadas à superação dessas condições e à reconstrução de vínculos. A estrutura administrativa da política é composta por gerências e coordenações responsáveis pela execução, monitoramento e avaliação das ações, assegurando a articulação entre os níveis de gestão, a padronização dos processos de trabalho e o fortalecimento da rede socioassistencial municipal.

A Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) é responsável pelo acompanhamento das ações socioassistenciais preventivas e protetivas dos serviços e programas, bem como realizar todo e qualquer assessoramento para o aprimoramento da oferta das ações aos Coordenadores e Técnicos. Essas ações têm por finalidade atender a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos por: discriminações etárias, étnicas, religiosa, gênero, identidade de gênero ou por deficiências, entre outras.

As ações são realizadas por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do



desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essas ações devem priorizar a promoção de convivência e socialização de famílias e indivíduos, bem como a integração no mundo do trabalho.

A referida Gerência é responsável por assessorar e colaborar com a prestação dos atendimentos à população de forma eficiente, principalmente, por meio do Centro de Referência de Assistência Social, uma unidade pública estatal de base territorial, localizado nas áreas de abrangência do município, e atende um total de mais de 5.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atua como unidade pública estatal de base territorial responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica, atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário e considerando as vulnerabilidades que incidem sobre cada território. Sua função central é promover a orientação, o fortalecimento de vínculos e o convívio sociofamiliar e comunitário, com foco na prevenção de situações de risco e na promoção dos direitos socioassistenciais (BRASIL, 2004). Nesse sentido, é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), eixo estruturante da Proteção Social Básica, conforme disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). A equipe técnica do CRAS deve prestar informações qualificadas e orientações à população da área de abrangência, assegurando o acesso a direitos e favorecendo a autonomia dos usuários. Além disso, cabe ao CRAS articular-se permanentemente com a rede local de proteção social — estatal e não estatal — para fortalecer a intersetorialidade e garantir encaminhamentos resolutivos, bem como manter ativo um sistema territorial de vigilância das vulnerabilidades e situações de exclusão social, por meio da produção, sistematização e divulgação de indicadores sociais (BRASIL, 2012).

São considerados serviços de Proteção Social Básica aqueles que reconhecem a família como unidade central de referência e intervenção, buscando fortalecer seus vínculos internos e externos de solidariedade, promover o protagonismo de seus membros e ampliar o acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais (BRASIL, 2004). Tais serviços organizam-se no território para ofertar ações de

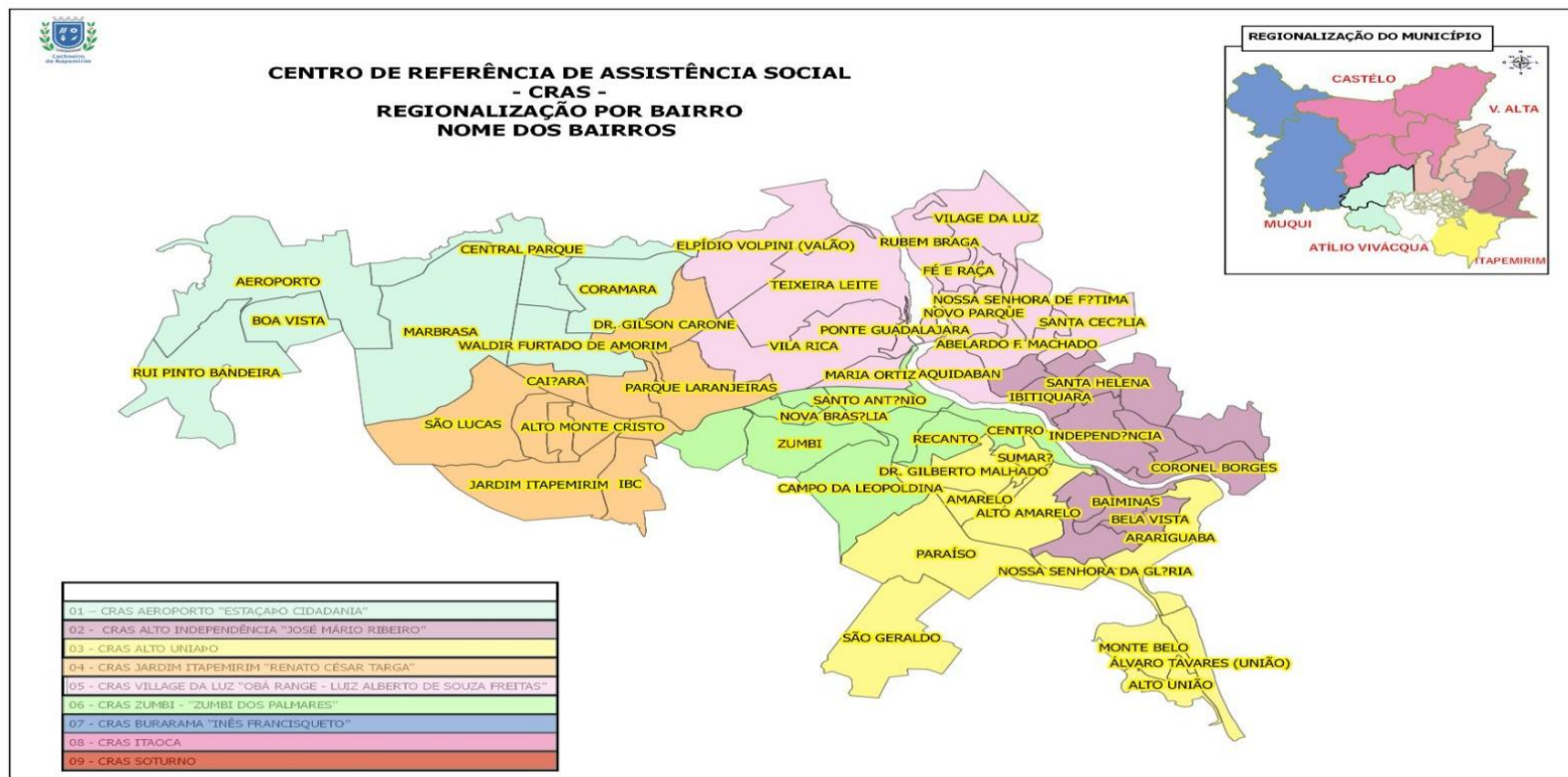


convivência, socialização e acolhida, priorizando famílias cujos vínculos não foram rompidos, mas que apresentam fragilidades decorrentes de situações de vulnerabilidade e risco social. Os serviços ofertados no CRAS também têm a função de articular-se com outras políticas públicas — como saúde, educação, habitação, cultura e segurança alimentar — de forma a compor respostas intersetoriais integradas. Dessa forma, o CRAS desenvolve ações comunitárias, acompanhamento familiar no âmbito do PAIF, orientações, encaminhamentos técnicos, apoio às famílias em situações de violação de direitos e atividades socioeducativas e culturais que visam ao fortalecimento de vínculos, à prevenção de agravos e à ampliação do acesso a oportunidades, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o CRAS é “[...] a principal porta de entrada para a assistência social, oferecendo serviços gratuitos às famílias em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2021, p. 1). Essa definição reforça o caráter estratégico do CRAS na consolidação da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando sua responsabilidade pela acolhida, identificação de necessidades sociais, oferta de apoio e acompanhamento familiar, além da articulação com benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho desenvolvido pelo CRAS se fundamenta nas diretrizes da PNAS, que incluem a universalidade de acesso, a equidade e a integralidade da atenção, articuladas à matricialidade sociofamiliar e ao território como referência de organização dos serviços (BRASIL, 2004). Desse modo, o CRAS se consolida como equipamento essencial para a promoção da cidadania, do fortalecimento das capacidades protetivas das famílias, da justiça social e da melhoria das condições de vida de indivíduos e coletividades em situação de vulnerabilidade.



Figura 5 – CRAS de Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: SEMDURB / PMCI (2025).



Autenticar documento em <https://processos.cachoeiro.es.gov.br/autenticidade>

com o identificador 31003900320038003800340034003A0052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- CRAS -
REGIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

LEGENDA:

- CRAS BURARAMA
- CRAS DE ITAÓCA
- CRAS AEROPORTO
- CRAS SOTURNO
- CRAS ALTO UNIÃO
- SEDE
- CRAS ALTO INDEPENDÊNCIA

REGIÕES IDENTIFICADAS NO MAPA:

- BURARAMA
- SÃO VICENTE
- CONDURU
- PACOTUBA
- ITAÓCA
- COUTINHO
- GIRONDA
- V.G. DE SOTURNO
- SÃO JOAQUIM SANTA FÉ
- MONTE LIBANO
- GRUTA E TIMBÓ
- C. DOS MONOS
- SEDE
- SAFRA, TIJUCA E SÃO JOÃO DA LANCHÁ

Atualmente, o município possui 09 (nove) CRAS, distribuídos na área central e nos distritos, os quais são:

E-mail: semdes.crasaeroporto@cachoeiro.es.gov.br

Conforme demonstrativo, podemos observar que, aproximadamente, 34% da população de Cachoeiro pertence ao banco de dados do Cadastro Único. Dentro desse percentual, temos como prioridade identificar o público considerado Pobreza e Baixa Renda para trabalharmos a garantia de acesso às políticas públicas oferecidas assim como desenvolver novas políticas conforme diagnóstico municipal e regional do município.

Compete especialmente à Coordenação e Equipe do Cadastro Único:

I – Desenvolver e acompanhar ações que envolvam o Cadastro Único (divulgação, conscientização, conhecimento do que é o Cadastro Único);

II – Fazer busca ativa para que o público Cadastro Único seja devidamente cadastrado e esteja visível às políticas públicas (estudar território, conhecer público vulnerável, levantamento de público vulnerável com cadastro desatualizado);

III – Montar estratégias para que o Banco de dados do Cadastro Único se mantenha atualizado; (trabalhar as orientações do PROCAD SUAS, convocar público vinculado a benefícios para atualização cadastral);

IV – Desenvolver e propor medidas de aprimoramento das atividades do setor; (desenvolver capacitação permanente para equipe Cadastro Único conforme legislação vigente, montagem de equipe fixa para Cadastro em domicílio, capacitar equipe técnica dos equipamentos sobre abrangência do Cadastro Único no SUAS);

V – Desenvolver análise e agrupamento de dados com o objetivo de construir indicadores solicitados pela gestão, assim como elaborar relatórios com informações dos índices municipais oferecidos pelas informações do Cadastro Único;

VI – Analisar a situação das famílias cadastradas e beneficiárias dos diversos Programas e Benefícios, seus critérios de elegibilidade. Auxiliar na regulamentação da utilização dos dados do CadÚnico para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda, executadas no âmbito do município;

VII – Realizar o credenciamento dos servidores e dos integrantes da instância de controle social municipal nos sistemas pertinentes ao Cadastro Único, bem como articular e/ou promover capacitações;

VIII - Atender aos pleitos de informações e de esclarecimentos da Rede Pública de



Tabela 10 – Cadastro Único por grupos populacionais tradicionais específicos

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas Outubro/2025	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF Outubro/2025
Indígenas	1	1
Ciganos	4	3
Quilombolas	242	122
Ribeirinhos	10	6
Extrativistas	0	0
Pescadores artesanais	7	2
Agricultores familiares	338	155
Assentados da Reforma Agrária	3	0
Acampados	1	0
Pessoas em situação de rua	317	253
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0
Coletores de material reciclável	84	56
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0
Famílias de presos do sistema carcerário	162	81
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	53	32
Total*	1.174	683

*O total de famílias GPTE corresponde ao somatório de todos os grupos excluindo os casos com mais de uma marcação.

Fonte: MDS (2025)

6.1.4 Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de recursos monetários às famílias para superação da pobreza. O Cadastro Único é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, além de possuir indicadores socioeconômicos que permitem identificar situações de vulnerabilidade social e potencialidades. A identificação das famílias será feita pela análise do Banco de dados do Cadastro Único e a concessão do benefício é de responsabilidade do MDS conforme Lei 14.601/2023.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família devem cumprir condicionalidades



Tabela 11 – Acompanhamento das condicionalidades

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	2.050	8.664	1.586	12.300
Pessoas acompanhadas	1.966	8.381	1.243	11.590
Taxa de acompanhamento	95,90%	96,73%	78,37%	94,23%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	1.833	7.857	1.059	10.749
Taxa de cumprimento	93,23%	93,75%	85,20%	92,74%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Julho/2025).

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	6.862	16.376	23.238
Pessoas acompanhadas	5.303	15.426	20.729
Taxa de acompanhamento	77,28%	94,20%	89,20%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	5.296	-	
Taxa de cumprimento	99,87%	-	

SAÚDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	388
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	388
Taxa de cumprimento	100,00%

Para tal, cabe às Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social empenhar esforços na realização do acompanhamento das condicionalidades, que por sua vez, traduz-se em atingir o percentual de 1,0 pactuado para repasses do Índice de Gestão Descentralizada – IGD.

1 - Redução da pobreza: O programa tem como meta principal fornecer assistência financeira a famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, ajudando a garantir que tenham acesso a necessidades básicas como alimentação, saúde e educação.

2 - Promoção da inclusão social: O Bolsa Família busca integrar as famílias beneficiadas em políticas públicas, promovendo o acesso a direitos fundamentais e serviços essenciais, como saúde e educação.



Figura 8 - Dados do PBF (até 10/2025)



O Programa Bolsa Família, atualmente, é o principal programa de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza em todo o país. Além da transferência de renda, o programa propõe acesso às demais políticas públicas, em especial à Educação, Saúde e ao Desenvolvimento Social.

6.1.5 Central de Benefícios Continuados e Eventuais

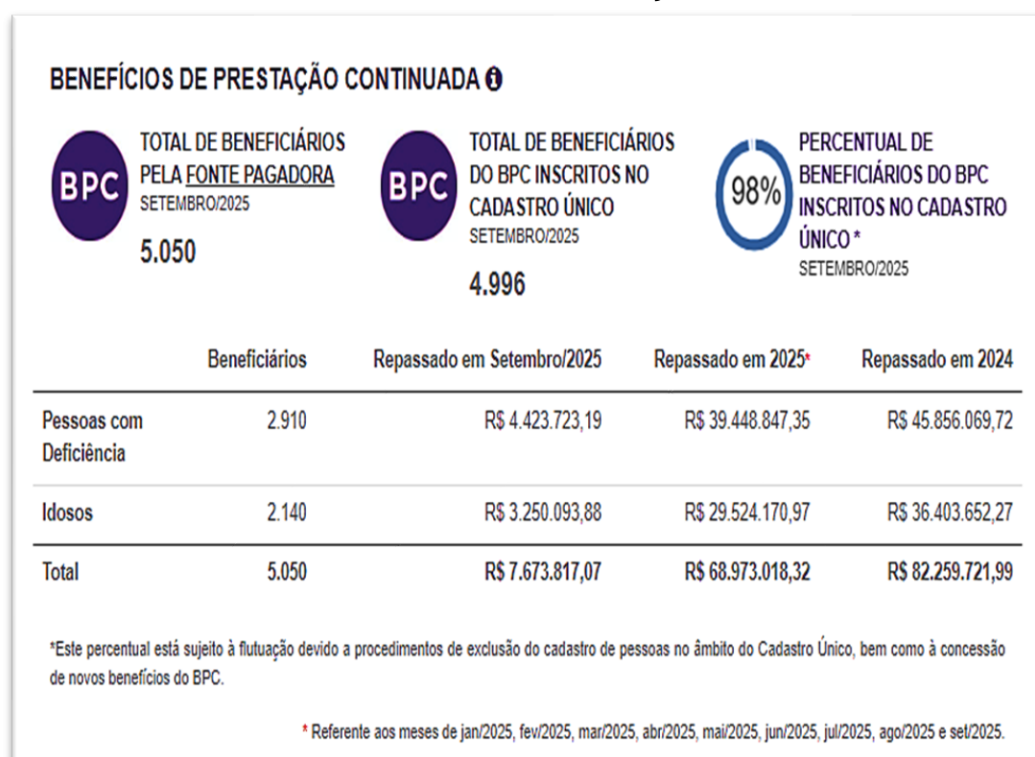
A Central de Benefícios Continuados e Eventuais constitui um equipamento público da política municipal de assistência social, responsável por centralizar e integrar os atendimentos relacionados à gestão e concessão de benefícios socioassistenciais, sejam eles continuados, eventuais ou de programas de transferência de renda do Governo Federal, Estadual e Municipal. Entre os principais serviços e programas atendidos, destacam-se: Benefício de Prestação Continuada (BPC); Benefício de



anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, conforme critérios legais.

A gestão nacional do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que responde pela coordenação, regulação, financiamento e monitoramento do benefício. A operação administrativa é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No âmbito municipal, a Central de Benefícios é responsável por orientar, apoiar e monitorar os requerimentos e concessões do BPC, bem como realizar o acompanhamento social das famílias beneficiárias. Em Cachoeiro de Itapemirim, os usuários que buscam o benefício são acolhidos inicialmente nos CRAS, geralmente durante o cadastro ou atualização do CadÚnico, sendo posteriormente encaminhados à Central de Benefícios, onde recebem informações, orientações técnicas e apoio no requerimento do benefício, realizado via aplicativo ou portal “Meu INSS”.

Tabela 12 - Benefícios de Prestação Continuada



Fonte: MDS (2025)



O acesso aos benefícios é um direito do cidadão e um dever do Estado, devendo ser assegurado com base nos princípios da dignidade humana, equidade e universalidade do atendimento. A concessão é acompanhada de atendimento social e encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial, buscando não apenas o atendimento imediato, mas também a superação das condições de vulnerabilidade que originaram a demanda.

6.1.5.4 Programa Passe Livre

Com base na lei nº. 7359, de 30 de dezembro de 2015, o Programa Social do Transporte Coletivo de Cachoeiro de Itapemirim, garante a gratuidade no serviço de transporte coletivo às pessoas socialmente carentes do município. O benefício é destinado a:

- Quem possui renda familiar per capita de até um quarto do salário-mínimo vigente à época da solicitação;
- Pessoas que estejam desempregadas e necessitam de assistência financeira para deslocamento dentro dos limites do município, com o objetivo de reinserção no mercado de trabalho, participação em cursos de qualificação profissional ou tratamento médico ou hospitalar;
- Pessoas com deficiência física, mental, visual ou auditiva, com laudo médico, mediante sindicância promovida pela Semdes;
- As crianças adolescentes ou jovens que participem de atividades e ações em entidades regularmente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que fique comprovada que a sua condição socioeconômica não lhes permita pagar pela utilização do serviço de transporte público municipal sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família;
- As gestantes que necessitem do transporte público para a realização de consultas pré-natais e demais exames de saúde em que fique comprovada que a sua condição socioeconômica não lhes permita pagar pela utilização do serviço de transporte público municipal sem prejuízo do sustento próprio ou da



sua família. Este benefício poderá ser estendido pelo prazo de até 6 (seis) meses contados do nascimento, a fim de assegurar os primeiros cuidados ao recém-nascido;

- Estudantes e demais inscritos em atividades socioeducativas e/ou pedagógicas ofertadas pelo Poder Público (Dispositivo incluído pela Lei nº 7455/2016);
- Os acompanhamentos das crianças e adolescentes beneficiárias do programa para tratamento médico-hospitalar (Dispositivo incluído pela Lei nº 7455/2016).

O cadastro no Programa Social do Transporte Coletivo de Cachoeiro de Itapemirim deve ser feito na Central de Benefícios ou no CRAS de abrangência do bairro em que o usuário reside.

Em 2024, foram concedidos 1.536 benefícios e 31.104 passagens.

6.1.5.5 Tarifa Social de Água e Esgoto

O site oficial do município de Cachoeiro de Itapemirim traz informações específicas sobre o programa de Tarifa Social de Água e Esgoto, que foi estabelecido pela Lei Municipal 7515/2017. Sua finalidade é proporcionar o fornecimento dos serviços de água e esgoto com desconto de até 100% às famílias de baixa renda, risco e vulnerabilidade social, bem como, a entidades filantrópicas de assistência social, reconhecidas como de utilidade pública municipal e federal.

Dentre os critérios estabelecidos para ser beneficiado com a gratuidade estão: consumo médio máximo de 10m³, nos últimos seis meses, e ter renda *per capita* familiar de até ½ (meio) salário-mínimo. O cadastro no programa deve ser feito na Central de Benefícios.

O ano de 2024 iniciou com 911 beneficiários da Tarifa Social de Água e Esgoto e encerrou com 928 tarifas ativas, demonstrando uma leve ampliação no número de famílias atendidas pelo benefício. A Tarifa Social é um importante instrumento de política pública voltado à garantia do direito ao acesso à água tratada e ao serviço de esgotamento sanitário a preços reduzidos, destinada a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O benefício contribui para a redução das desigualdades e para a promoção da dignidade, uma vez que assegura condições



2024 o total chegou a 207 participantes, demonstrando um processo gradual de retomada das ações e fortalecimento das estratégias intersetoriais. Já em 2025, até o mês de setembro, o programa contabilizou 208 atendimentos, reafirmando o compromisso da política de assistência social com o apoio à inserção socioprofissional de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

6.1.7 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC)

O Serviço de Promoção do Desenvolvimento Infantil no âmbito do Sistema Brasileiro de Serviços de Primeira Infância – Gestão Compartilhada (SBSBPD-GC) é uma importante estratégia intersetorial desenvolvida no município de Cachoeiro de Itapemirim, regulamentada pela Resolução CIT nº 30, de 6 de outubro de 2025 (publicada em 16 de outubro de 2025). Este novo serviço substituiu o Programa Criança Feliz, aprimorando sua estrutura e diretrizes para fortalecer a atenção integral à primeira infância no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SBSBPD-GC tem como foco o acompanhamento e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de visitação domiciliar, orientação parental e articulação com as redes de saúde, educação e assistência social, assegurando que as crianças de zero a seis anos e suas famílias tenham acesso a um ambiente de cuidado, estímulo e proteção. A proposta amplia a capacidade de atuação dos municípios na promoção do desenvolvimento infantil, com gestão compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, consolidando uma política pública mais integrada, territorializada e centrada nos direitos das crianças e de suas famílias.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o programa é executado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Sua principal metodologia é a visita domiciliar, realizada por estagiários capacitados, que têm a missão de orientar e apoiar as famílias no cuidado, na proteção e no estímulo às crianças em seus primeiros anos de vida.

O serviço representa uma importante ferramenta para a efetivação dos direitos da primeira infância, pois atua diretamente nos lares das famílias em situação de



frequência escolar e as demais atividades do adolescente. Seus objetivos são:

[...] promover a ressignificação da responsabilidade do adolescente diante da coletividade; estimular a solidariedade e a participação comunitária; oferecer oportunidade para que o adolescente construa novos vínculos sociais; contribuir para o fortalecimento da cidadania e para o exercício de direitos e deveres (BRASIL, 2012, p. 15).

A PSC deve ser desenvolvida em articulação com instituições da comunidade local, garantindo que o adolescente encontre nesses espaços um ambiente de aprendizagem e de valorização social.

Tanto a LA quanto a PSC necessitam da articulação intersetorial para alcançar seus objetivos. Cabe ao município, por meio do CREAS, estruturar parcerias e protocolos com: escolas e secretarias de educação, para garantir matrícula, frequências e apoio pedagógico; serviços de saúde, para atendimentos clínicos, psicológicos e prevenção de agravos; entidades comunitárias, organizações da sociedade civil e equipamentos culturais e esportivos, para oferta de atividades complementares; programas de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, ampliando perspectivas de futuro. Assim, as medidas deixam de ser apenas uma determinação judicial e tornam-se uma estratégia de inclusão social, fortalecendo a cidadania do adolescente e contribuindo para a redução da reincidência em atos infracionais.

Quanto ao acompanhamento no CREAS, deve ser interdisciplinar e participativo, envolvendo equipe composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais.

Segundo o Caderno de Orientação Técnica do IASES (IASES, 2018, p. 35-47), a metodologia inclui:

Acolhimento inicial do adolescente e da família; elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), construído de forma participativa; atendimentos individuais e em grupo, visando reflexão crítica sobre o ato infracional; visitas domiciliares, para conhecer o território e fortalecer vínculos; atendimento e orientação familiar, reforçando a corresponsabilidade dos responsáveis; encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial, incluindo saúde, educação, cultura, esporte e profissionalização.

Essa metodologia garante que a medida socioeducativa não seja apenas uma obrigação judicial, mas uma oportunidade concreta de transformação.



concessão de passagens, por meio de recurso específico no FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social) para essa finalidade; notificação para os demais municípios por negligência a pessoa em situação de rua que será definida por meio de protocolo instituído.

A aquisição de documentação civil será disponibilizada por meio de: mutirões mensais para emissão de documento; parcerias com cartórios, Casa do Cidadão, Receita Federal, Ministério Público, Detran e Defensoria Pública; garantia de isenção de taxas e apoio técnico nos trâmites.

O acompanhamento intersetorial com a Saúde se dá por meio de: fortalecimento de vínculo com o Consultório na Rua, UBS (Unidade Básica de Saúde), CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas), CAAD (Centro de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas), CAPAAC (Centro de Atendimento Psiquiátrico Aristides Alexandre Campos); prioridade do acesso ao tratamento de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), Saúde Mental e Odontologia; capacitação de equipes de saúde para atendimento sem estigmas; disponibilização de kits de higiene, preservativos, testes rápidos e vacinação.

A geração de renda e qualificação se efetiva por meio de: parcerias com SENAI, SEBRAE, IFES e empresas locais; criação de frentes de trabalho temporárias com apoio da prefeitura (limpeza urbana, jardinagem); apoio a projetos de economia solidária: horta comunitária, recicláveis e artesanato.

O acompanhamento e encaminhamento intersetorial envolvendo moradia e habitação efetiva-se por meio de: inserção em programas de aluguel social e Minha Casa Minha Vida; parcerias com entidades; garantia do acesso a programas habitacionais com prioridade para casos graves; encaminhamento para moradias assistidas e repúblicas sociais com acompanhamento técnico.

A gestão e participação social é garantida por meio do Decreto nº 9.894, publicado em 27 de junho de 2019, em que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Portanto, faz-se necessário implantar o Comitê Intersetorial Municipal da População em Situação de Rua, assegurando a escuta ativa de usuários nas reuniões e fóruns municipais. Além de criar um sistema municipal de monitoramento dos atendimentos e resultados.





No âmbito municipal, o Acolhimento em República visa oferecer apoio e moradia subsidiada a jovens de 18 a 21 anos, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta, e que não disponham de meios para garantir sua subsistência. Essa ação está alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que orienta a atenção aos jovens egressos do acolhimento institucional, priorizando a promoção da autonomia e a convivência comunitária (BRASIL, 2006).

O Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos em Situação de Rua, operacionalizado por meio da Casa de Passagem, tem por finalidade garantir

6.3.5 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (SAAF)

O Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias (SAAF) tem caráter protetivo e provisório, destinado a adultos e famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou incapacidade de autossustento. O serviço não é compatível com menores de 18 anos desacompanhados de seus responsáveis, devendo respeitar os princípios de proteção integral previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e na Lei 8.742/1993.

Conforme o Art. 23 da Lei 8.742/1993, os serviços socioassistenciais são entendidos como atividades continuadas voltadas à melhoria de vida da população, observando objetivos, princípios e diretrizes desta lei, sendo organizados programas de amparo a públicos prioritários, como a população em situação de rua (BRASIL, 1993).

O SAAF segue as orientações da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009, arts. 7º e 8º), com os seguintes objetivos: assegurar acesso simplificado, seguro e contínuo aos serviços e programas das políticas públicas de saúde, educação, habitação, trabalho, renda, assistência social, cultura, lazer e segurança; garantir padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporário; promover acolhimento digno e provisório, preservando direitos humanos, convivência comunitária e reconstrução de vínculos familiares e sociais; favorecer saída qualificada do serviço, prevenindo a institucionalização prolongada.

O serviço deve oferecer atendimento integral e humanizado, respeitando diversidade, privacidade, identidade cultural e religiosa, além de proporcionar condições adequadas de moradia, alimentação, higiene e fortalecimento da autonomia (BRASIL, 2008; BRASIL, 2014).

O SAAF deve estabelecer sua capacidade de atendimento, considerando a estrutura física e quantitativo de profissionais. A infraestrutura mínima inclui: dormitórios, banheiros, acessibilidade, espaços de convivência e lazer, refeitório, áreas para fumantes, e equipamentos adequados para atividades coletivas.

A equipe técnica multiprofissional deve contemplar assistente social, psicólogo, educador social, pedagogo, coordenação, cuidadores, profissionais administrativos, auxiliares de serviços gerais, vigias, cozinheiros, farmacêutico e profissional de



enfermagem, operando em plantão 24 horas com turnos definidos (BRASIL, 2009).

O padrão básico de qualidade, segurança e conforto deve observar: capacidade máxima, regras de convivência, acessibilidade, salubridade, distribuição geográfica das unidades e respeito ao direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente em áreas urbanas (Decreto nº 7.053/2009, art. 8º).

O ingresso no SAAF deve ocorrer mediante encaminhamento formal do CREAS, Centro Pop “Espaço Vida”, Defensoria Pública, Ministério Público ou Poder Judiciário, acompanhado de relatório técnico ou estudo de caso.

O tempo de permanência provisória é de até seis meses, podendo ser prorrogado de acordo com avaliação técnica da equipe do SAAF e da instituição encaminhadora. Após avaliação, são definidos fluxos para reintegração familiar, encaminhamentos habitacionais e inclusão em programas sociais (BRASIL, 2009).

As regras de convivência, direitos e deveres devem ser formalizadas em regimento interno, de conhecimento de todos os acolhidos e funcionários, refletindo a realidade do cotidiano e do perfil do público atendido.

O trabalho social com os usuários se efetiva por meio do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento (PIA/PIF) com metas de curto, médio e longo prazo, contemplando acompanhamento psicossocial, oficinas de qualificação profissional, atividades culturais e esportivas, ações de prevenção de violência e uso abusivo de substâncias, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Ressalta-se que o SAAF deve atuar em rede intersetorial, garantindo integração com serviços de saúde (UBS, CAPS, consultórios de rua, hospitais), habitação (aluguel social, programas habitacionais), programas de trabalho e renda (Acessuas), e sistema de justiça (quando houver medidas protetivas ou demandas judiciais). A articulação visa reconstrução da autonomia e inclusão social dos acolhidos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021).

Em relação ao monitoramento e avaliação do serviço, deve-se estabelecer indicadores de desempenho como número de acolhidos, tempo médio de permanência, reintegração familiar/social e encaminhamentos efetivados. Relatórios periódicos devem ser produzidos com análise de resultados e participação do Conselho Municipal de Assistência Social no acompanhamento dos casos.



Banco Nacional da Habitação (BNH); as ações de regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários implementadas durante o governo estadual de Leonel Brizola (1983–1987); e o programa de mutirões autogeridos da Prefeitura de São Paulo, iniciado na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), que realizava obras de melhoria em favelas com participação da mão de obra local.

Essas experiências passaram a combinar urbanização com zoneamentos especiais, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em São Paulo, inspiradas na Lei nº 6.766/1979, que cunhou o conceito de urbanização específica, permitindo aos municípios tratarem situações de parcelamento com critérios diferenciados.

A principal norma que rege a regularização fundiária no Brasil é a Lei nº 13.465/2017, que consolidou e simplificou os procedimentos para regularização de áreas urbanas e rurais. A lei também introduziu mecanismos específicos para a Amazônia Legal, visando combater o desmatamento ilegal e garantir a posse da terra a pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

A promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) representou um marco na consolidação da regularização urbana como instrumento jurídico e político, ao estabelecer diretrizes urbanísticas voltadas à inclusão social e à função social da propriedade. A partir desse momento, múltiplas interpretações e regulamentações municipais reforçaram o caráter urbanístico da regularização, ampliando sua aplicação prática, reconhecendo-a como política pública multidimensional que incorpora aspectos urbanísticos, sociais e ambientais, especialmente voltados a populações de baixa renda.

O paradigma foi aprofundado com a Medida Provisória nº 459/2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977/2009, que integrou a regularização fundiária ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), tratando de financiamento habitacional, custas e emolumentos reduzidos, além da operacionalização da regularização de interesse social e específico. Com isso, consolidou-se a articulação entre titulação e urbanização como eixo central da política fundiária brasileira.

O Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, por meio do Decreto Municipal nº 35.780 de 2025, regulamentou a Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos das leis municipais nº 7940/2022 e nº 7915/2021, do Decreto municipal nº 34.630/2024 e da lei federal nº 13.465/2017, e também da Comissão Especial de Análise de Projetos



Tabela 17 - Entidades cadastradas no CNEAS

CNPJ	Nome Fantasia	UF	Município	IBGE	Níveis de Pertencimento
23.024.549/0001-11	APAC Feminina	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
27.192.707/0001-01	APAE - Cachoeiro	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
17.012.886/0001-96	Bem Me Quer Feliz	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
07.562.421/0001-55	CARITAS CACHOEIRO	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
08.215.547/0001-16	CASA VERDE	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
33.915.604/0057-71	Centro Comunitário de Assistência Social	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
01.219.199/0004-59	CIEE ES	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
08.333.027/0001-08	COMPASSOS	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
05.456.275/0001-58	GAPCCI	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
27.125.806/0001-62	GINASIO ALVARO TAVARES	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
04.903.674/0003-19	IGES	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
39.289.889/0001-04	Lar João XXIII	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
27.561.844/0001-68	LAR NINA ARUEIRA	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
34.435.340/0001-67	Mova-se Juntos Pela Inclusão	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	
34.151.121/0005-80	Obra Social Vill'Agindo Para Ser Feliz	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
06.040.402/0001-04	Pró-Vitae	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
08.906.191/0001-67	Rochativa	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
27.187.087/0001-04	Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição
31.380.322/0004-80	Vill'Agindo para ser feliz	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	- Com inscrição

Fonte: MDS (2025)

7 DIRETRIZES E PRIORIDADES

As diretrizes que orientam a execução da Política de Assistência Social no município de Cachoeiro de Itapemirim estão fundamentadas nos princípios constitucionais e legais que estruturam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Essas diretrizes visam assegurar a proteção social não contributiva, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária e o acesso universal às ofertas públicas socioassistenciais, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades.

A atuação municipal se organiza a partir de eixos estratégicos que orientam o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações socioassistenciais, garantindo que as políticas públicas sejam territorializadas, integradas e participativas, de forma a atender às necessidades específicas de diferentes grupos e territórios. Esses eixos estratégicos incluem a proteção social básica e especial, a intersetorialidade com outras políticas públicas, o fortalecimento da gestão municipal e do controle social, a qualificação e valorização dos trabalhadores do SUAS, e o desenvolvimento de estratégias de prevenção, promoção e proteção social, assegurando a efetividade das ações e o alcance de resultados consistentes para indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além disso, as diretrizes consideram o diagnóstico socioterritorial, a participação das conferências e conselhos de assistência social e a articulação com organizações da sociedade civil, de modo que a execução da política seja planejada, qualificada e sustentável, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e contribuindo para a construção de um município mais justo, solidário e inclusivo.

7.1 DIRETRIZES GERAIS

- Garantir a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, conforme preconiza o artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e a Lei



Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- Assegurar a universalização do acesso e a igualdade de oportunidades na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- Fortalecer o SUAS como sistema público descentralizado e participativo, com gestão compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal.
- Promover a integração entre as políticas públicas e a articulação intersetorial, visando a efetividade das ações e a integralidade da atenção social.
- Consolidar a territorialização da política de assistência social, com base em diagnósticos socioterritoriais que orientem a distribuição e expansão das ofertas.
- Valorizar e qualificar os trabalhadores do SUAS, assegurando condições éticas, técnicas e estruturais adequadas ao exercício profissional.
- Assegurar a participação popular e o controle social, fortalecendo o papel deliberativo do Conselho Municipal de Assistência Social e dos demais espaços de participação democrática.
- Implementar o monitoramento e avaliação contínua das ações, com base em indicadores de resultado e impacto social.
- Promover a transparência na gestão dos recursos públicos, garantindo a publicidade e o controle das ações e dos investimentos.
- Estimular o desenvolvimento de capacidades locais e comunitárias, fortalecendo o protagonismo das famílias e o exercício da cidadania.

7.2 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2026–2029

1. Aprimorar a gestão municipal do SUAS, com foco no planejamento, monitoramento e avaliação das ações.
2. Ampliar a cobertura dos serviços socioassistenciais, priorizando os territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social.



3. Reestruturar e fortalecer os CRAS e CREAS, garantindo equipes completas, espaços adequados e oferta de serviços continuados.
4. Implantar novos equipamentos públicos, de acordo com as demandas socioterritoriais identificadas.
5. Ampliar e qualificar o Cadastro Único, aprimorando o acompanhamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.
6. Fomentar ações de inclusão produtiva urbana e rural, articuladas com políticas de trabalho, renda e desenvolvimento local.
7. Fortalecer o atendimento à população em situação de rua, com estratégias de abordagem social e articulação intersetorial.
8. Aprimorar a rede de proteção social especial, com atenção às situações de violação de direitos, violência doméstica e negligência.
9. Garantir a oferta de serviços para pessoas idosas e pessoas com deficiência, conforme a tipificação nacional.
10. Estimular a participação ativa dos usuários e entidades da sociedade civil, promovendo conferências, fóruns e capacitações.
11. Ampliar os mecanismos de gestão da informação e da vigilância socioassistencial, assegurando dados atualizados para subsidiar decisões.
12. Fortalecer a articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, especialmente com o Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos de defesa.
13. Promover ações voltadas à equidade e diversidade, assegurando atenção às especificidades de gênero, raça, etnia, ciclo de vida e deficiência.
14. Consolidar a política de financiamento, com cofinanciamento regular entre as esferas federal, estadual e municipal e transparência nos repasses.



156

	de videoconferência), nos CRAS; Garantir rede de <i>internet</i> de qualidade em todos os equipamentos, por meio do CTI - Centro de Tecnologia de Informação, tendo em vista a complexidade dos sistemas utilizados.	
Acompanhar o acesso e permanência na escola dos PcD's de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC.	<p>Fortalecer a atuação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos envolvidos na execução do Programa BPC na Escola;</p> <p>Aprimorar o acompanhamento socioassistencial das famílias com crianças e adolescentes beneficiários do BPC, visando à identificação de situações de vulnerabilidade que interfiram na frequência e no desempenho escolar;</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização e orientação junto às famílias e comunidades sobre o direito à educação inclusiva e os serviços de apoio disponíveis no território;</p> <p>Promover a qualificação continuada dos profissionais do SUAS e da rede de ensino em temáticas relacionadas à deficiência, inclusão e acessibilidade;</p> <p>Articular e integrar sistemas de informação e fluxos de acompanhamento entre as políticas públicas envolvidas, assegurando o registro, o monitoramento e a avaliação contínua das ações.</p>	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Divulgar o SCFV para rede socioassistencial e demais políticas públicas, com vistas à busca ativa e inclusão dos usuários nos grupos ofertantes.	Realizar reuniões e ações de divulgação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas; Implementar, anualmente, três ações (de quatro em quatro meses) de divulgação do SCFV para rede socioassistencial e demais políticas públicas; Qualificar a oferta e execução dos grupos de SCFV.	2026 a 2029
Identificar, por meio de busca ativa, junto ao Cadastro Único e outros programas e projetos em execução no município, o público prioritário para atendimento nos grupos do SCFV.	Elaborar listagem de público prioritário, por idade e por prioridade; Inserir 80% do público prioritário nas atividades do SCFV até 2029; Alcançar a meta de 50% de atendimento de público prioritário na oferta dos grupos.	2026 a 2029
Ofertar grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, de acordo com o ciclo de vida dos usuários (faixa etária) e perfil dos territórios.	Implementar, em 100% dos CRAS, o SCFV; Garantir a execução de, pelo menos um grupo, em todas as faixas etárias; Assegurar a inserção de 100% dos grupos no SISC.	2026 a 2029



Elaborar plano de ação, anual, com o desenvolvimento de atividades intergeracionais do SCFV, possibilitando a criação e o fortalecimento de vínculos entre pessoas de idade diferentes.	<p>Favorecer o convívio entre pessoas de diferentes idades, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos, por meio de projetos artísticos intergeracionais, que envolvam oficinas de música, teatro, artes plásticas e literatura;</p> <p>Promover a conexão entre o SCFV, as escolas e comunidade, por meio da realização de três atividades anuais, totalizando nove atividades, entre 2026 e 2029, que valorizem histórias de vida, fomentem criatividade e aproximem diferentes gerações.</p>	2026 a 2029
Implementar o Plano de Monitoramento e Avaliação do SCFV.	<p>Sistematizar relatórios mensais de frequência, atividades e resultados;</p> <p>Avaliar a efetividade das oficinas, grupos e ações desenvolvidas, principalmente, com a participação dos usuários;</p> <p>Promover 100% dos grupos monitorados e relatórios consolidados anualmente.</p>	2026 a 2029
Estabelecer um fluxo de inserção de crianças e adolescentes no SCFV, garantindo a captação de participantes e critérios claros de inclusão e acesso às atividades.	Captar participantes provenientes das escolas e comunidades, assegurando que 100% das crianças e adolescentes participem das atividades com autorização dos responsáveis.	2026 a 2029
Fortalecer as atividades do SCFV para idosos, garantindo a inclusão deles em situação de acolhimento.	Implementar o funcionamento de um SCFV para idosos, atendendo 120 idosos nas atividades, com identificação e inclusão deles nas ILPIs do município, estabelecendo fluxo e protocolo de atendimento para idosos em acolhimento;	2026 a 2029



	Promover a participação mínima de 40% desses idosos, independente da participação nas atividades do SCFV.	
Implementar protocolos para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e para adolescentes em cumprimento de MSE, nas atividades do SCFV dos equipamentos.	Garantir um protocolo elaborado e aprovado no Comasci e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; Assegurar 70% das crianças e adolescentes atendidos pelos serviços de acolhimento e MSE participando das atividades do SCFV.	2026 a 2029
Participar da reestruturação do Centro de Convivência para idosos ou implantação do Centro Dia.	Participar do processo de diálogo, planejamento e decisão referente à reestruturação do serviço de atendimento à pessoa idosa, buscar o fortalecer o papel do Centro de Convivência como espaço de socialização, promoção da autonomia e garantia de direitos.	2026 a 2029
Assegurar o funcionamento do CCVM	Manter o Espaço para Promoção Social de Encontros para Idosos do CCVM em condições adequadas de uso, realizando manutenção preventiva e corretiva regularmente, garantindo a segurança, acessibilidade e conforto para a realização contínua de atividades de convivência e promoção social; Assegurar o desenvolvimento de atividades cognitivas e motoras voltadas à promoção do envelhecimento ativo, ao fortalecimento vínculos familiares e à integração comunitária.	2026 a 2029
Desenvolver capacitação contínua da equipe do SCFV	Promover a atualização de conhecimentos técnicos da equipe sobre metodologias de grupo, proteção social e convivência familiar e comunitária; Realizar duas capacitações por ano.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Atendimento Domiciliar a PCD e Idosos

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Realizar diagnóstico e identificar o público para atendimento no Serviço de Atendimento em Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.	Identificar o público para atendimento no Serviço; Realizar estudos periódicos do Serviço, para uma melhor articulação dele; Elaborar o diagnóstico para subsidiar a organização e a oferta do Serviço; a listagem com dados dos possíveis usuários e plano de busca ativa e inserção no serviço.	2026 a 2029
Acompanhar a implantação do Serviço, junto à gestão.	Participar dos espaços de diálogo e deliberação da implantação e implementação do Serviço; Promover capacitações das equipes, promovendo o aprimoramento do Serviço e o melhor atendimento dos usuários.	2026 a 2029
Realizar a divulgação do Serviço para a rede socioassistencial e demais políticas públicas.	Realizar ações de divulgação do serviço para a rede socioassistencial e demais políticas públicas; Receber encaminhamentos da rede.	2026 a 2029



Inserir público com perfil no Serviço	Inserir 60% do público no serviço ao longo dos 4 anos, de maneira progressiva.	2026 a 2029
Realizar busca ativa dos beneficiários do BPC idoso e pessoa com deficiência para inserção prioritária das famílias no serviço.	Garantir a inserção de 60% dos beneficiários de BPC, com perfil.	2026 a 2029
Elaborar plano de ação para oferta do serviço de maneira continuada e permanente.	Elaborar Plano de Ação para a oferta do serviço, garantindo a participação efetiva dos Conselhos Municipais.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Central de Benefícios

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Garantir acesso aos benefícios eventuais.	<p>Garantir o atendimento de 100% das demandas registradas por benefícios eventuais no município, dentro dos prazos estabelecidos pelo SUAS;</p> <p>Elaborar e implementar até 2029 um protocolo padronizado de concessão e monitoramento de benefícios eventuais em todas as unidades do SUAS;</p> <p>Capacitar, até 2027, 100% dos técnicos do SUAS sobre os procedimentos e critérios de acesso aos benefícios eventuais;</p> <p>Realizar atendimento e orientação anual para todas as famílias atendidas pelo CRAS e CREAS sobre os benefícios eventuais disponíveis;</p> <p>Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação, com relatórios trimestrais sobre concessão, cumprimento de prazos e uso dos benefícios.</p>	2026 a 2029
Participar e acompanhar o processo de revisão e atualização da Lei de Concessão de Benefícios Eventuais.	<p>Articular com o Conselho Municipal de Assistência Social, equipes técnicas e demais setores envolvidos para subsidiar a revisão da lei com informações técnicas, diagnósticos e dados socioassistenciais;</p> <p>Padronizar procedimentos e fluxos de concessão de benefícios eventuais, a partir das alterações legais, para assegurar celeridade, equidade e eficiência na entrega dos serviços;</p> <p>Realizar capacitação para 100% dos profissionais envolvidos na concessão de benefícios eventuais sobre as alterações da lei e os novos fluxos de atendimento até 2028.</p>	,2026 a 2029



<p>Elaborar Plano de Ação de divulgação do trabalho da Central de Benefícios e dos benefícios existentes, para a rede socioassistencial, demais políticas públicas e usuários e munícipes.</p>	<p>Planejar ações de comunicação direcionadas à rede socioassistencial, demais políticas públicas e à população em geral, para tornar compreensíveis os tipos de benefícios disponíveis, critérios de acesso e fluxos de atendimento, em 100% dos CRAS e 50% das unidades das demais políticas públicas (saúde, educação, trabalho);</p> <p>Padronizar materiais informativos e canais de divulgação, incluindo cartilhas, mídias digitais e eventos comunitários, assegurando linguagem acessível e inclusiva;</p> <p>Avaliar o impacto das ações de divulgação, por meio de pesquisa de percepção com usuários e técnicos, com 80% de reconhecimento dos benefícios existentes entre os entrevistados;</p> <p>Fortalecer a articulação intersetorial, garantindo que órgãos, serviços e programas públicos conheçam os procedimentos e possibilidades de encaminhamento aos benefícios;</p> <p>Promover a participação e o engajamento de usuários e famílias na compreensão e no uso adequado dos benefícios, garantindo a efetivação de direitos socioassistenciais;</p> <p>Monitorar o alcance e a eficácia das ações de divulgação, utilizando indicadores de participação, acesso aos serviços e engajamento da população e profissionais da rede;</p>	<p>2026 a 2029</p>
<p>Solicitar e acompanhar a demanda de ampliação da quantidade de benefícios eventuais a serem concedidos, com vistas ao aumento dos acessos das famílias que atendem os critérios.</p>	<p>Ampliar de maneira progressiva a quantidade de benefícios disponíveis, a depender do recurso para tal finalidade, sendo: ampliação de 10%, em 2027; 20%, em 2028; 30%, em 2029;</p> <p>Monitorar continuamente a demanda por benefícios eventuais junto aos CRAS, CREAS e demais serviços socioassistenciais, identificando lacunas de cobertura;</p> <p>Assegurar que a ampliação da oferta de benefícios seja realizada de forma</p>	<p>2026 a 2029</p>



Fortalecer as instâncias de controle social e deliberações sobre as ofertas dos benefícios, como por exemplo, Comitês Gestores.

<p>Solicitar ampliação da equipe da Central de Benefícios, conforme a demanda de atendimentos e serviços, e acompanhar o processo junto ao setor competente.</p>	<p>Fortalecer a capacidade técnica e operacional da Central de Benefícios, em consonância com os princípios da NOB-RH/SUAS;</p> <p>Encaminhar à gestão municipal proposta formal de ampliação da equipe, com justificativa técnica e estimativa de impacto financeiro;</p> <p>Garantir a ampliação mínima conforme porte do município e demanda apresentada de equipe técnica;</p> <p>Assegurar a qualidade, celeridade e humanização do atendimento aos usuários da política de assistência social;</p> <p>Elaborar diagnóstico técnico da demanda de atendimentos e dimensionamento ideal de recursos humanos na Central de Benefícios;</p> <p>Realizar avaliação anual da equipe e ajustar o quadro funcional conforme o volume de atendimentos e metas do SUAS;</p> <p>Acompanhar a demanda da aquisição de veículo exclusivo para a Central de Benefícios, dando melhores condições operacionais para a equipe do Setor.</p>	<p>2026 a 2029</p>
<p>Elaborar, formalizar e aprovar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social os fluxos e protocolos internos e externos de encaminhamento e atendimento na Central de Benefícios, garantindo a padronização, a integração intersetorial e a efetividade dos serviços, em articulação contínua com a gestão municipal e demais órgãos parceiros.</p>	<p>Padronizar e qualificar os procedimentos de atendimento e encaminhamento realizados pela Central de Benefícios;</p> <p>Fortalecer a articulação entre os serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas;</p> <p>Garantir transparência e segurança técnica nos processos de concessão, acompanhamento e gestão de benefícios;</p> <p>Instituir instrumentos normativos que orientem o trabalho da equipe e assegurem o cumprimento das normativas do SUAS;</p>	<p>2026 a 2029</p>

	<p>Realizar diagnóstico situacional dos fluxos e atendimentos atuais na Central;</p> <p>Elaborar minuta dos fluxos e protocolos internos e externos, com participação da equipe técnica e gestão;</p> <p>Submeter os fluxos e protocolos à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.</p>	
<p>Garantir a implementação, o acompanhamento e a ampliação do Passe Livre Municipal para pessoas em situação de vulnerabilidade social, assegurando o acesso gratuito e facilitado ao transporte coletivo, com foco na inclusão social, no fortalecimento da autonomia e na efetivação de direitos.</p>	<p>Aperfeiçoar a gestão e o monitoramento do benefício;</p> <p>Atualizar critérios de concessão e renovação do benefício até 2026;</p> <p>Atender 100% das demandas elegíveis anualmente;</p> <p>Implantar sistema informatizado de controle até 2029.</p>	2026 a 2029
<p>Garantir a implementação, divulgação e acompanhamento da Tarifa Social de Água e Esgoto, assegurando o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade social a serviços públicos essenciais de saneamento, de forma equitativa e transparente</p>	<p>Fortalecer a integração entre a Assistência Social e a concessionária de serviços públicos;</p> <p>Atualizar e formalizar o fluxo de encaminhamento e concessão até 2026;</p> <p>Inserir 100% das famílias elegíveis no benefício até 2029;</p> <p>Monitorar trimestralmente o número de famílias beneficiadas.</p>	2026 a 2029



<p>Fortalecer o trabalho integrado com os serviços dos CRAS e CREAS, inclusive no referenciamento e contrarreferenciamento/encaminhamentos.</p>	<p>Aprimorar a articulação entre os serviços da rede socioassistencial; Garantir a efetividade dos encaminhamentos entre equipamentos; Promover o atendimento integral e continuado aos usuários; Formalizar fluxos e protocolos integrados entre CRAS e CREAS até 2026; Realizar, anualmente, reuniões técnicas de alinhamento entre as equipes; Assegurar 100% dos encaminhamentos acompanhados e devolutivas registradas até 2029.</p>	<p>2026 a 2029</p>
---	---	--------------------



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Divulgar as informações e orientação sobre o Cadastro Único nas redes socioassistenciais de usuários e famílias.	<p>Ampliar o acesso das famílias às informações sobre o Cadastro Único;</p> <p>Garantir a correta orientação e atualização cadastral dos usuários;</p> <p>Fortalecer o papel da rede socioassistencial como espaço de informação e mobilização social;</p> <p>Elaborar e executar anualmente plano de divulgação e orientação sobre o CadÚnico e o Bolsa Família;</p> <p>Realizar, no mínimo, três ações informativas por ano voltadas à rede e aos usuários;</p> <p>Aumentar em 80% o número de famílias com cadastro atualizado até 2029.</p>	2026 a 2029
Garantir o acesso ao Cadastro Único.	<p>Garantir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade ao Cadastro Único;</p> <p>Assegurar a atualização e a inclusão de famílias para acesso a programas sociais;</p> <p>Facilitar o atendimento, promovendo a busca ativa e o atendimento descentralizado;</p> <p>Realizar, anualmente, ações de busca ativa para identificar e cadastrar famílias não inscritas;</p> <p>Ampliar em 15% o número de famílias cadastradas e com dados atualizados;</p>	2026 a 2029



	Implantar e manter, até 2027, pontos de atendimento itinerantes ou descentralizados para o Cadastro Único.	
Realizar parcerias com as instituições de acolhimento para cadastramento e atualização de 100% deste público.	Garantir o cadastramento e a atualização cadastral de todos os usuários elegíveis acolhidos em instituições, assegurando o acesso aos benefícios e programas sociais; Realizar verificação semestral dos cadastros para atualização contínua.	2026 a 2029
Manter no Sistema o comando de mensagem de comunicado para atualização do Cadastro Único.	Assegurar que as famílias cadastradas recebam notificações automáticas sobre a necessidade de atualização do Cadastro Único; Garantir a efetividade do processo de atualização cadastral e a comunicação com os usuários; Reduzir o número de cadastros desatualizados; Enviar notificações periódicas semestrais para 100% das famílias cadastradas; Atingir 100% de cadastros atualizados entre as famílias notificadas, até 2029.	2026 a 2029
Qualificar a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, por meio da intensificação do trabalho de busca ativa objetivando a atualização e inserção de novas famílias.	Atualizar e qualificar a base de dados do Cadastro Único; Ampliar a cobertura do Cadastro, identificando e inserindo novas famílias em situação de vulnerabilidade; Garantir informações precisas para subsidiar políticas públicas e programas sociais; Realizar busca ativa contínua para identificação de famílias não cadastradas; Atualizar 80% dos cadastros ativos até 2029; Produzir relatórios semestrais de acompanhamento da base de dados.	2026 a 2029



<p>Planejar o uso dos recursos do IGD - Índice de Gestão Descentralizada, alinhado ao plano municipal de assistência social.</p>	<p>Criar plano de ação de gasto dos recursos do IGD - Índice de Gestão Descentralizada;</p> <p>Planejar e organizar a aplicação dos recursos do IGD conforme as metas e prioridades estabelecidas no PMAS, garantindo coerência entre orçamento e planejamento estratégico;</p> <p>Monitorar e avaliar periodicamente a execução financeira e física dos recursos do IGD, assegurando transparência e <i>accountability</i>;</p> <p>Articular a utilização dos recursos com os serviços, programas e projetos socioassistenciais, visando fortalecer a rede de proteção social básica e especial.</p>	<p>2026 a 2029</p>
--	---	--------------------



➤ **Serviço/Programa/Projeto: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC)**

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, fortalecendo vínculos familiares e comunitários por meio de visitas domiciliares qualificadas e ações intersetoriais entre as políticas públicas de assistência social, saúde, educação e demais áreas afins.	Garantir que, até o final de 2028, 80% das famílias acompanhadas SPSBPD-GC em Cachoeiro de Itapemirim recebam visitas domiciliares qualificadas regularmente (mínimo de três visitas por mês), com registro sistemático e integração intersetorial comprovada nas ações realizadas.	2026 a 2029
Ampliar o número de famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC) no município.	Realizar busca ativa e contínua de famílias elegíveis ao SPSBPD-GC, por meio do Cadastro Único (CadÚnico), das equipes do PAIF e da rede municipal, promovendo articulação intersetorial com outras secretarias municipais, como saúde, educação, habilitação e cultura.	2026 a 2029
Qualificar o trabalho da equipe de visitantes e supervisão, por meio de formações continuadas.	Garantir formação anual para visitantes e supervisores sobre os temas da primeira infância.	2026 a 2029



Promover ações coletivas de sensibilização sobre a importância da primeira infância, considerando o disposto no Plano Municipal pela Primeira Infância.	<p>Promover campanhas comunitárias sobre o desenvolvimento infantil e fortalecimento de vínculos;</p> <p>Realizar, anualmente, pelo menos 2 campanhas municipais de sensibilização sobre a primeira infância, envolvendo escolas, unidades de saúde e CRAS;</p> <p>Promover, a cada ano, quatro rodas de conversa ou oficinas comunitárias com famílias e profissionais da rede de proteção social para fortalecer o conhecimento sobre cuidados e direitos na primeira infância.</p>	2026 a 2029
Fortalecer a articulação com políticas de saúde, educação e cultura.	<p>Integrar agendas com Unidade de Saúde e escolas para encaminhamentos e acompanhamento compartilhado;</p> <p>Realizar pelo menos quatro encontros intersetoriais anuais com a participação das secretarias de saúde, educação, cultura e Assistência social para planejamento, acompanhamento e avaliação das ações integradas do problema.</p>	2026 a 2029
Garantir o fortalecimento do Comitê Gestor Municipal Intersetorial.	<p>Fortalecer a atuação do Comitê Municipal pela Primeira Infância, promovendo sua articulação com os demais conselhos e órgãos municipais, para garantir a efetiva participação social e o acompanhamento das políticas voltadas à primeira infância;</p> <p>Realizar, até o final de 2026, pelo menos quatro reuniões ordinárias anuais do Comitê Municipal pela Primeira Infância, com pauta definida, ampla participação dos membros e divulgação pública das decisões e encaminhamentos;</p> <p>Promover a integração do Conselho com as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, visando o monitoramento e a implementação das políticas da primeira infância no município.</p>	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Programa Incluir

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo para Execução
Inserir famílias do Programa Incluir nos serviços adequados, conforme suas necessidades e perfil de atendimento.	<p>Garantir acompanhamento contínuo e integral das famílias, fortalecendo a proteção social e vínculo com a rede de serviços;</p> <p>Inserir 100% das famílias do Programa Incluir nos serviços correspondentes;</p> <p>Manter Plano de Acompanhamento Familiar atualizado para todas as famílias;</p> <p>Elaborar relatórios semestrais sobre efetividade do acompanhamento e inserção das famílias.</p>	2026 a 2029
Favorecer a inclusão das Famílias do Programa Incluir nas Atividades do SCFV.	<p>Garantir a participação das famílias do Programa Incluir nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme faixas etárias e oferta disponível no município;</p> <p>Promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;</p> <p>Incentivar o acesso a oportunidades de convivência social, cultura, esporte e lazer;</p> <p>Inserir 100% das famílias do Programa Incluir nas atividades do SCFV de acordo com a faixa etária;</p> <p>Elaborar e executar plano de ação anual para organização das atividades;</p> <p>Realizar monitoramento semestral da participação e frequência das famílias;</p> <p>Garantir cobertura total das famílias do programa nas atividades ofertadas.</p>	2026 a 2029



Fortalecer a parceria com o Programa Acessuas Trabalho.	<p>Garantir a inserção das famílias do Programa Incluir nas ações de inclusão social e profissional;</p> <p>Promover o acesso a oportunidades de qualificação, capacitação e geração de renda;</p> <p>Fortalecer a autonomia socioeconômica das famílias em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Firmar e consolidar parceria com o Programa Acessuas Trabalho até 2026;</p> <p>Inserir 100% das famílias do Programa Incluir com perfil para o trabalho nas ações do Acessuas Trabalho;</p> <p>Realizar monitoramento semestral da participação e dos resultados alcançados pelas famílias;</p> <p>Produzir relatórios anuais sobre o impacto da inclusão no mundo do trabalho.</p>	2026 a 2029
Acompanhar de forma sistemática e contínua a execução do Programa Incluir, garantindo a observância de suas diretrizes, metas e procedimentos, bem como a efetividade dos resultados para a população beneficiária.	<p>Garantir a continuidade e a efetividade do Programa Incluir, em articulação com a gestão municipal e estadual;</p> <p>Realizar reuniões trimestrais de acompanhamento com a gestão municipal e estadual;</p> <p>Produzir relatórios semestrais sobre execução, resultados e desafios do programa;</p> <p>Assegurar 100% das famílias atendidas dentro das diretrizes do programa.</p>	2026 a 2029
Realizar ações sistemáticas de divulgação do Programa Incluir junto à rede de parcerias intersetoriais, incluindo órgãos públicos,	<p>Ampliar a visibilidade do Programa Incluir e fortalecer a articulação com a rede de parceiros, garantindo o alcance das metas pactuadas.</p> <p>Realizar três ações de divulgação anuais junto à rede de parceiros;</p>	2026 a 2029



176

➤ **Serviços/Programas/Projetos:** Programa Acessuas Trabalho

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Desenvolver e fortalecer o Programa Acessuas Trabalho, promovendo a inclusão produtiva e social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, articulando ações de qualificação profissional, orientação e inserção no mercado de trabalho com a rede socioassistencial.	<p>Promover a inclusão social e profissional das famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo Programa Incluir;</p> <p>Inserir 100% das famílias com perfil para o trabalho nas ações do Acessuas Trabalho;</p> <p>Realizar monitoramento semestral da participação e resultados;</p> <p>Produzir relatórios anuais sobre a efetividade e impacto do programa.</p>	2026 a 2029
Elaborar e implementar um Plano de Busca Ativa do público potencial do Programa Acessuas Trabalho, em articulação com o Programa Incluir e demais serviços da rede socioassistencial, com o objetivo de identificar, mobilizar e inserir pessoas com deficiência, jovens, mulheres e outros grupos em situação de vulnerabilidade social nas ações de qualificação e inclusão produtiva.	<p>Identificar e incluir famílias do Programa Incluir com perfil para inserção no Programa Acessuas Trabalho, garantindo participação efetiva nas ações de inclusão social e profissional;</p> <p>Elaborar Plano de Busca Ativa anual para identificação das famílias;</p> <p>Inserir 100% das famílias elegíveis nas ações do Acessuas Trabalho;</p> <p>Monitorar semestralmente a participação e resultados das famílias;</p> <p>Produzir relatórios semestrais sobre inclusão e acompanhamento do público.</p>	2026 a 2029



famílias de acolhidos em ILPI's.	Trabalhar as possibilidades de reintegração familiar, construção e fortalecimento de vínculos.	
Realizar o acompanhamento gradativo das famílias com crianças e adolescentes em situação de acolhimento.	Garantir o acompanhamento de 100% das famílias existentes, com crianças e adolescentes em situação de acolhimento; Viabilizar o trabalho de maneira integrada com a equipe de acolhimento; Trabalhar as possibilidades de reintegração familiar, construção e fortalecimento de vínculos.	2026 a 2029
Acompanhar de forma gradativa as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Garantir o acompanhamento de 100% das famílias existentes, com adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas.	2026 a 2029
Elaborar Plano de Atendimento Familiar – PAEFI.	Garantir o acompanhamento de 100% das famílias existentes, com adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas.	2026 a 2029
Reestruturar e reorganizar o Serviço de Abordagem Social.	Implementar o serviço de abordagem social por meio da gestão do CREAS; Criar equipe especializada de Serviço de abordagem social.]2026 a 2029
Ampliar a equipe técnica do CREAS.	Inserir de maneira gradativa a contratação de técnicos habilitados no serviço.	2026 a 2029
Capacitar equipe técnica com Escuta Especializada.	Garantir às pessoas vítimas de violência uma Escuta Especializada para encaminhamentos efetivos reduzindo a revitimização.	2026 a 2029



Planejar a longo prazo em conformidade com a legislação, a construção de uma nova unidade do CREAS, para a oferta de serviços de Proteção Social Especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Concluir projeto executivo e obter aprovações necessárias;

Garantir que 100% dos serviços previstos sejam ofertados aos usuários;

Mobilizar parcerias institucionais, recursos municipais, estaduais e federais, e acompanhar todo o processo de execução da obra;
Definir prazos, etapas e cronograma físico-financeiro para entrega da unidade.

2026 a 2029

➤ **Serviço/Programa/Projeto: Abordagem Social**

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Fortalecer a proteção social especial de média complexidade por meio da implementação de equipe técnica responsável pela realização do trabalho social de abordagem e busca ativa, visando identificar, acolher e acompanhar pessoas e famílias em situação de violação de direitos nos territórios.	<p>Estruturar e compor equipe técnica interdisciplinar qualificada, com profissionais do SUAS capacitados para o trabalho de campo e abordagem social;</p> <p>Desenvolver ações sistemáticas de busca ativa em territórios com maior incidência de violações de direitos, especialmente voltadas a pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em risco, e famílias em vulnerabilidade extrema;</p> <p>Promover a articulação intersetorial entre o CREAS, CRAS, Centro POP, Conselhos Tutelares, Saúde, Educação e demais políticas públicas, assegurando fluxos de encaminhamento e acompanhamento integrados;</p> <p>Elaborar protocolos de atendimento e registros padronizados das ações de abordagem e busca ativa, garantindo o monitoramento e a avaliação dos resultados;</p> <p>Sensibilizar e mobilizar a rede socioassistencial e a comunidade para a identificação precoce de situações de risco e violação de direitos;</p> <p>Assegurar a inclusão das pessoas e famílias identificadas nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, promovendo o acesso à proteção social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.</p>	2026 a 2029
	Desenvolver ações contínuas de abordagem social em áreas de maior vulnerabilidade e incidência de pessoas em situação de rua, assegurando identificação de demandas e encaminhamentos adequados;	



Implementar equipe técnica para desenvolver a Abordagem Social de Rua.

➤ **Serviço/Programa/Projeto: Medidas Socioeducativas - CREAS**

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Garantir o acompanhamento contínuo e qualificado de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), promovendo a proteção social, a reintegração familiar e comunitária, e a prevenção de violações de direitos e reincidência.	<p>Estruturar e capacitar equipe técnica especializada para o acompanhamento individualizado e grupal dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;</p> <p>Desenvolver planos de acompanhamento personalizados, considerando aspectos sociais, familiares, educacionais e psicossociais de cada adolescente;</p> <p>Articular com escolas, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, saúde e demais serviços para assegurar acesso a direitos, apoio socioeducativo e oportunidades de desenvolvimento integral;</p> <p>Promover a monitorização sistemática do cumprimento das medidas, identificando necessidades de intervenção e ajustes nos planos de atendimento;</p> <p>Fortalecer vínculos familiares e comunitários, oferecendo orientações, mediação e apoio às famílias e responsáveis.</p>	2026 a 2029
Apresentar o serviço da Medida Socioeducativa para a rede socioassistencial e demais políticas públicas.	<p>Garantir o conhecimento da Rede do Serviço de Medida Socioeducativa;</p> <p>Estabelecer parcerias.</p>	2026 a 2029
Garantir a inclusão dos adolescentes nos grupos de SCFV.	<p>Oferecer o SCFV para os adolescentes e famílias;</p> <p>Incluir 100% dos adolescentes em cumprimento de medida, que tiverem interesse, no SCFV.</p>	2026 a 2029



Ampliar a inserção de socioeducandos na rede de políticas públicas do município.

Garantir a Inclusão Social dos adolescentes em cumprimento de medidas;
Atender as demandas e maiores possibilidades de ressignificação de suas
vivências.

2026 a 2029

Criar parcerias com instituições privadas para ampliar oportunidades de inclusão dos socioeducandos em projetos e oportunidades de trabalho.

Identificar e mapear instituições privadas e empresas com potencial para ofertar projetos de capacitação, estágios, programas de aprendizagem e outras oportunidades de trabalho aos socioeducandos;

Estabelecer convênios, termos de cooperação e protocolos de parceria com empresas e entidades privadas, garantindo a formalização das ações de inclusão;

Integrar os projetos e oportunidades oferecidos pelas instituições parceiras ao plano de acompanhamento individual dos socioeducandos, assegurando alinhamento com suas necessidades, interesses e medidas socioeducativas;

Desenvolver ações de sensibilização e capacitação para as instituições parceiras, promovendo compreensão sobre direitos dos adolescentes, medidas socioeducativas e a importância da inclusão social e profissional;

Monitorar e avaliar o impacto das parcerias, assegurando que os socioeducandos sejam efetivamente incluídos, acompanhados e apoiados, promovendo a sua reintegração social e prevenção da reincidência;

Garantir o controle social e transparência das parcerias, com participação do Conselho Municipal de Assistência Social e demais instâncias de monitoramento.

2026 a 2029

Promover reuniões periódicas com a educação e estabelecimento de fluxos e protocolos de atendimentos, com vistas à permanência do adolescente no processo de escolarização.

Realizar e efetivar agenda de reuniões periódicas com as escolas/educação;
Auxiliar os socioeducandos a serem inseridos no processo escolar, mediante seu interesse.

2026 a 2029

Criar e fortalecer parceria com os serviços de saúde mental e dependência química e criar fluxos de atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas.	Garantir o atendimento dos adolescentes nos serviços de saúde mental; Encaminhar aos serviços os adolescentes em cumprimento de medida que demandarem os atendimentos; Estabelecer parceria com o serviço e a saúde.	2026 a 2029
Garantir o acompanhamento familiar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Realizar trabalho integrado com a equipe do PAEFI e famílias dos socioeducandos; Encaminhar para atendimento no PAEFI, 100% das famílias dos adolescentes em cumprimento de medida.	2026 a 2029
Planejar e ofertar oficinas e cursos do Programa Acessuas no Trabalho, de acordo com o perfil dos socioeducandos	Inserir os adolescentes em ações do Programa, possibilitando a inclusão no mundo do trabalho.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Centro POP

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Ampliar o atendimento do Centro Pop para finais de semana e feriados.	<p>Reorganizar a oferta do serviço e as equipes;</p> <p>Garantir acesso contínuo aos serviços do Centro POP durante finais de semana e feriados;</p> <p>Reduzir vulnerabilidades e riscos sociais enfrentados pelo público em situação de rua em períodos de menor oferta de serviços;</p> <p>Fortalecer a rede de proteção social, promovendo articulação com outras políticas públicas;</p> <p>Assegurar acompanhamento socioassistencial regular e humanizado, mesmo em datas de menor funcionamento.</p>	2026 a 2029
Solicitar e acompanhar a regulamentação do benefício de concessão de passagem e a ampliação do recurso para esta finalidade, via Conselho Municipal de Assistência Social.	<p>Ampliar o número de passagens concedidas e o número de beneficiários;</p> <p>Solicitar formalmente ao Conselho Municipal de Assistência Social a regulamentação do benefício de concessão de passagem, garantindo normas claras de operacionalização e critérios de elegibilidade;</p> <p>Acompanhar o processo de análise e aprovação da regulamentação, promovendo articulação intersetorial entre o Centro POP, a gestão municipal e demais órgãos envolvidos;</p> <p>Pleitear junto ao Comasci a ampliação dos recursos financeiros destinados à concessão de passagens, assegurando cobertura suficiente para atender a demanda do público em situação de rua;</p> <p>Monitorar e avaliar a execução do benefício, garantindo que as passagens sejam disponibilizadas de forma eficiente, transparente e em conformidade com as</p>	2026 a 2029



	normas estabelecidas; Integrar o benefício de concessão de passagens às estratégias de proteção social do Centro POP, assegurando que os usuários tenham acesso aos serviços, à saúde, à alimentação e às políticas de inclusão social.	
Acompanhar a estruturação da nova sede do Centro Pop.	Articular melhorias em relação à oferta do serviço e o atendimento aos usuários; Atender pessoas em situação de rua diariamente.	2026 a 2029
Estabelecer fluxo entre a instituição, saúde mental e CAAD para cuidados em dependência química.	Facilitar a relação da coordenação e equipe técnica com as equipes dos serviços de saúde; Realizar e atender os encaminhamentos qualificados e monitorados.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** PSE para PCD, idosos e suas famílias

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Realizar atendimento especializado às pessoas com deficiência e suas famílias, com acompanhamento contínuo, escuta qualificada e articulação com a rede de serviços.	<p>Promover a inclusão social, o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares, garantindo atenção integral às pessoas com deficiência e suas famílias;</p> <p>Assegurar que 100% dos usuários acompanhados tenham acesso a serviços e benefícios da rede pública;</p> <p>Promover encontros ou grupos de apoio mensal para famílias e cuidadores;</p> <p>Garantir a implantação do serviço em todas as comunidades.</p>	2026 a 2029
Estruturar e organizar a oferta, considerando a quantidade adequada de trabalhadores no serviço.	<p>Garantir a organização e disponibilidade sistemática dos serviços oferecidos, assegurando acesso contínuo e adequado ao público-alvo;</p> <p>Promover a integração entre diferentes serviços e programas, facilitando o atendimento integral e intersetorial a PCD, idosos e suas famílias;</p> <p>Otimizar a gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, garantindo eficiência e qualidade na prestação dos serviços;</p> <p>Fortalecer a capacidade de planejamento e monitoramento do PSE, assegurando que a oferta de serviços atenda às demandas específicas de cada grupo;</p> <p>Proporcionar acolhimento, orientação e acompanhamento adequados, favorecendo a autonomia e a inclusão social do público atendido.</p>	2026 a 2029



<p>Realizar busca ativa das famílias.</p>	<p>Identificar famílias com PCD e idosos que ainda não acessam os serviços do PSE, garantindo cobertura territorial ampla e inclusiva;</p> <p>Promover inclusão social e fortalecimento de vínculos familiares por meio do contato direto e acompanhamento regular;</p> <p>Reduzir situações de vulnerabilidade e exclusão, assegurando que o público-alvo tenha acesso aos serviços, programas e benefícios disponíveis;</p> <p>Fortalecer a articulação entre os serviços públicos e a rede socioassistencial, favorecendo encaminhamentos adequados e integração intersetorial;</p> <p>Garantir monitoramento contínuo das famílias atendidas, permitindo ajustes na oferta de serviços conforme necessidades específicas identificadas durante a busca ativa.</p>	<p>2026 a 2029</p>
<p>Elaborar o Planejamento anual a fim de garantir a oferta qualificado do serviço.</p>	<p>Organizar e definir as ações, serviços e programas a serem executados ao longo do ano, garantindo clareza e eficiência na implementação do PSE;</p> <p>Estabelecer metas e prioridades de atendimento conforme as necessidades específicas de PCD, idosos e suas famílias;</p> <p>Promover o uso estratégico dos recursos disponíveis, assegurando planejamento financeiro, humano e material adequado às demandas;</p> <p>Facilitar o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento contínuo das ações, assegurando a efetividade das políticas e serviços oferecidos;</p> <p>Garantir a articulação intersetorial e o alinhamento com políticas públicas locais, fortalecendo a integração e a qualidade do atendimento.</p>	<p>2026 a 2029</p>



OBJETIVO: Aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Cachoeiro de Itapemirim, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Especial de Alta Complexidade como espaço de garantia de proteção integral, orientação e acompanhamento de indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Acolhimento Institucional

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Garantir as equipes de referência da execução dos serviços pelas instituições de acolhimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.	<p>Monitorar e cobrar das instituições a composição da equipe de referência da oferta dos serviços da assistência social;</p> <p>Desenvolver trabalho de conscientização e cobrança junto às instituições para garantir a equipe técnica;</p> <p>Estabelecer prazos para composição das equipes de referência nas instituições.</p>	2026 a 2029
Aprimorar a integração entre as equipes dos serviços executados de forma indireta e do CREAS/PAEFI.	<p>Elaborar calendário de reuniões e visitas técnicas periódicas nas instituições;</p> <p>Elaborar calendário de reunião mensal, entre a equipe do CREAS e as coordenações de acolhimento;</p> <p>Realizar minimamente 10 reuniões anuais entre a coordenação do CREAS e a</p>	2026 a 2029

	<p>coordenação da instituição;</p> <p>Garantir a qualidade dos serviços prestados;</p> <p>Garantir o monitoramento pelo CREAS/PAEFI da oferta das instituições de acolhimento.</p>	
Possibilitar o acompanhamento familiar dos indivíduos que estão em situação de acolhimento.	Realizar junto ao PAEFI e as instituições, o acompanhamento de 100% das famílias.	2026 a 2029
Inserir o público de acolhimento nos grupos do SCFV.	Garantir o diálogo com as instituições e com a coordenação do SCFV à inclusão de 100% dos usuários que tiverem interesse nos grupos.	2026 a 2029
Estimular e fomentar a realização de atividades e ações entre as instituições de acolhimento.	<p>Elaborar um calendário anual de encontros entre as instituições;</p> <p>Realizar três encontros entre as instituições e seus públicos.</p>	2026 a 2029
Implantar e ampliar a oferta de atividades socioeducativas, culturais e de lazer em todas as instituições.	Planejar, em conjunto com as instituições, atividades para serem desenvolvidas com os idosos, que estimule a sua independência, autonomia, socialização, integração, dentre outros.	2026 a 2029
Criar e fortalecer vínculos entre a coordenação de acolhimento e as equipes dos serviços.	<p>Planejar ações de fortalecimento de vínculos entre as equipes dos serviços e das instituições de acolhimento;</p> <p>Criar calendário de reuniões periódicas entre as equipes.</p>	2026 a 2029





Executar a obra de construção do Centro Dia do Idoso.	Garantir a Implementação do Centro Dia do Idoso; Fortalecer a equipe e aprimorar os serviços; Adquirir os equipamentos mobiliários do espaço; Contratar equipe técnica multidisciplinar.	2026 a 2029
---	---	-------------



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Instituições de Longa Permanência para Idosos

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Captar recursos para ampliação da instituição.	Desenvolver formas diversificadas de captação de recurso; Expandir a capacidade de atendimento e otimizar os resultados.	2026 a 2029
Construir o protocolo de atendimento.	Garantir padronização, agilidade e qualidade nos serviços prestados.	2026 a 2029
Criar vagas nos graus I, II e III de dependência.	Acolher os idosos atendendo as demandas Judiciais, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros.	2026 a 2029
Elaborar de forma progressiva, o Plano de Atendimento Individual de cada Idoso.	Elaborar, em parceria com o CREAS, o Plano de Atendimento de cada Idoso. Atingir 100% dos idosos com plano atualizado.	2026 a 2029
Trabalhar em conjunto com o CREAS, a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Desenvolver ações que possibilitem o convívio dos idosos com os familiares e na comunidade.	2026 a 2029
Organizar a participação dos idosos em ações e eventos comunitários.	Possibilitar a participação dos idosos em eventos e ações nas comunidades.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviço de Acolhimento de Adultos e Famílias - SAAF

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Melhorar a infraestrutura e mobiliários do SAAF.	Estruturar a instituição com infraestrutura, mobiliários e equipamentos que possibilitem o acolhimento digno dos usuários.	2026 a 2029
Construir os fluxos e protocolos de trabalho do serviço, inserindo a rede de saúde.	Estabelecer relação de trabalho e fluxos de atendimento dos usuários pelo serviço; Possibilitar o atendimento dos usuários nos serviços de saúde do município.	2026 a 2029
Ampliar a oferta de atividades e ações direcionadas aos usuários (grupos, oficinas).	Implementar trabalhos em grupo e oficinas, de acordo com o interesse e demanda dos usuários.	2026 a 2029
Trabalhar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em parceria com a equipe do CREAS.	Promover a integração e o fortalecimento das relações familiares, favorecendo ambientes domésticos seguros, afetivos e protetivos; Estimular a participação comunitária e o engajamento social das famílias atendidas, fortalecendo redes de apoio locais; Garantir a articulação interinstitucional com o CREAS, promovendo atendimento contínuo, qualificado e integrado; Reduzir situações de vulnerabilidade social e riscos de violação de direitos, por meio de acompanhamento e orientação familiar; Potencializar a autonomia das famílias, promovendo estratégias de convivência saudável, resolução de conflitos e fortalecimento de vínculos afetivos e sociais.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviço de Acolhimento em República

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Regulamentar a reestruturação do serviço.	<p>Elaborar Lei de Criação elaborada, com sua publicação;</p> <p>Formalizar, por meio de regulamentação administrativa, a reestruturação do Serviço de Acolhimento em República, garantindo sua conformidade com as normativas federais, estaduais e municipais da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;</p> <p>Adequar a estrutura física, organizacional e funcional do serviço às demandas atuais do público atendido, assegurando padrões de qualidade, acessibilidade e acolhimento humanizado;</p> <p>Reordenar processos internos e fluxos de trabalho, de modo a aprimorar a gestão, o acompanhamento técnico e o atendimento aos usuários;</p> <p>Fortalecer a articulação intersetorial e a integração com a rede socioassistencial, favorecendo o acesso dos acolhidos a políticas públicas complementares de saúde, educação, trabalho e moradia;</p> <p>Garantir maior eficiência na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo sustentabilidade e continuidade na oferta do serviço.</p>	2026 a 2029
Contratar a equipe de referência.	Assegurar a composição completa da equipe de referência, conforme as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo a oferta qualificada do Serviço de Acolhimento em República;	2026 a 2029



	<p>Viabilizar a contratação de profissionais com perfil técnico adequado, comprometidos com os princípios da proteção social especial e com a promoção da autonomia e do protagonismo dos usuários;</p> <p>Fortalecer a capacidade de gestão e execução do serviço, assegurando o acompanhamento contínuo, individual e coletivo dos acolhidos;</p> <p>Promover a integração da equipe de referência às demais unidades e serviços da rede socioassistencial, favorecendo o trabalho articulado e interdisciplinar;</p> <p>Contribuir para a consolidação do Serviço de Acolhimento em República como espaço de proteção, reconstrução de vínculos e preparação para a vida independente.</p>	
Elaborar Regimento Interno.	<p>Estabelecer diretrizes claras para o funcionamento do Serviço de Acolhimento em República, assegurando a padronização dos procedimentos administrativos, técnicos e operacionais;</p> <p>Definir responsabilidades, atribuições e fluxos de trabalho entre a equipe técnica, gestão e usuários do serviço, promovendo maior transparência e organização institucional;</p> <p>Garantir que o Regimento Interno reflita os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assegurando o cumprimento das normativas nacionais e municipais;</p> <p>Promover a participação da equipe técnica e dos usuários no processo de construção do Regimento, fortalecendo o caráter democrático e participativo da gestão;</p> <p>Contribuir para o aprimoramento da qualidade da oferta do serviço, favorecendo a convivência, a autonomia e o protagonismo dos acolhidos.</p>	2026 a 2029



Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Ampliar a divulgação do Projeto para a população de forma continuada.	Orientar, sensibilizar e mobilizar a comunidade para o ingresso de padrinhos e a permanência destes no Programa; Implementar a ampliação da equipe técnica responsável pelo Projeto; Garantir a continuidade do Programa.	2026 a 2029
Promover a informação, orientação, acompanhamento e formação continuada dos padrinhos.	Garantir que os padrinhos recebam informações claras e atualizadas sobre o projeto, direitos e necessidades das crianças e adolescentes apadrinhados; Proporcionar orientação contínua, promovendo práticas adequadas de acompanhamento e suporte emocional às crianças e adolescentes; Fortalecer a capacitação e a formação continuada dos padrinhos, assegurando qualificação para o exercício do papel de forma responsável e consciente; Estabelecer mecanismos de acompanhamento sistemático, permitindo suporte constante e avaliação da atuação dos padrinhos; Promover vínculos afetivos e protetivos consistentes entre padrinhos e apadrinhados, contribuindo para o desenvolvimento integral e bem-estar das crianças e adolescentes.	2026 a 2029

➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Ampliar a divulgação do Serviço para a população de forma continuada.	Divulgar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para a população em geral, utilizando diferentes meios de comunicação; Mobilizar e sensibilizar famílias para adesão ao Serviço; Garantir fluxo contínuo de informações sobre os critérios de seleção e benefícios do Serviço.	2026 a 2029
Criar e implementar instrumentos de trabalho da equipe e dos processos de acolhimento.	Desenvolver protocolos, guias e rotinas de atendimento que padronizem e qualifiquem o acolhimento; Capacitar continuamente a equipe para o uso desses instrumentos; Garantir monitoramento e avaliação periódica dos processos de acolhimento.	2026 a 2029
Inserir os usuários nas atividades do SCFV.	Promover participação ativa das crianças e adolescentes em atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Estimular desenvolvimento social, cultural e emocional dos usuários; Integrar as famílias acolhedoras às atividades, fortalecendo vínculos afetivos e comunitários.	2026 a 2029



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno.	Projeto e RI atualizado e em consonância com as legislações vigentes.	2026 a 2029
Elaborar e oficializar documento orientador das atribuições do Cuidador Social no Serviço de Acolhimento.	Direcionar as atividades do Cuidador Social.	2026 a 2029
Implantar e ampliar a oferta de atividades socioeducativas, culturais e de lazer.	Elaborar o calendário anual de atividades; Ofertar oficinas, passeios, atividade física, dentre outras.	2026 a 2029
Implantar o Prontuário Digital de cada Acolhido.	Unificar e informatizar os registros promovendo eficiência e aprimorando a gestão das informações	2026 a 2029
Possibilitar o acompanhamento familiar das crianças que estão em situação de acolhimento.	Acompanhar o trabalho do PAEFI. Estimular junto ao PAEFI o acompanhamento das famílias com interesse em adesão ao serviço.	2026 a 2029



200

	<p>Estruturar um plano individualizado que contemple objetivos de curto, médio e longo prazo, respeitando interesses, habilidades e necessidades do adolescente;</p> <p>Integrar ações de saúde, educação, assistência social e proteção à criança e ao adolescente, assegurando acompanhamento intersectorial e contínuo</p> <p>Fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais do adolescente, incentivando sua inclusão e participação em diferentes contextos de convivência;</p> <p>Monitorar e avaliar periodicamente o progresso do adolescente, ajustando o plano conforme novas demandas e oportunidades identificadas.</p>	
<p>Reformar as instalações das casas dos abrigos de acolhimento ou efetuar a mudança para casas, conforme Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento</p>	<p>Garantir que as instalações físicas dos serviços de acolhimento estejam adequadas às normas de segurança, conforto e acessibilidade, conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento;</p> <p>Promover ambientes acolhedores, seguros e humanizados, que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes;</p> <p>Assegurar condições estruturais que possibilitem a execução adequada das atividades educativas, recreativas e socioassistenciais previstas nos serviços;</p> <p>Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos acolhidos, proporcionando moradia adequada, organizada e funcional;</p> <p>Planejar e executar mudanças de local ou reformas de forma articulada com a equipe técnica, garantindo mínima interrupção das atividades e continuidade do acompanhamento dos acolhidos.</p>	<p>2026 a 2029</p>



➤ **Serviço/Programa/Projeto:** Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Criar fluxo de trabalho entre a rede socioassistencial e demais políticas públicas.	<p>Atualizar as normativas referentes à situação de calamidades e emergências;</p> <p>Estabelecer procedimentos padronizados para articulação e comunicação entre a rede socioassistencial e outras políticas públicas em situações de calamidades e emergências;</p> <p>Garantir resposta rápida e coordenada, assegurando proteção e atendimento adequado às pessoas afetadas por desastres ou emergências;</p> <p>Fortalecer a integração intersetorial, promovendo atuação conjunta entre assistência social, saúde, educação, segurança e demais órgãos pertinentes;</p> <p>Assegurar o acompanhamento contínuo das famílias e indivíduos impactados, promovendo acesso a serviços, benefícios e apoio psicossocial;</p> <p>Monitorar e avaliar a efetividade do fluxo de trabalho, promovendo ajustes e aprimoramentos contínuos para otimizar a proteção social em situações de risco.</p>	2026 a 2029
Formar equipes para atuação em situação de calamidade e emergências.	<p>Capacitar profissionais da assistência social para atuar de forma eficiente e segura em situações de calamidade e emergências;</p> <p>Desenvolver habilidades técnicas e operacionais necessárias para o atendimento rápido e coordenado das pessoas e famílias afetadas;</p> <p>Garantir que as equipes estejam preparadas para integrar ações intersetoriais com saúde, educação, segurança e demais políticas públicas;</p> <p>Fortalecer a capacidade de planejamento, mobilização e execução de ações</p>	2026 a 2029



	<p>emergenciais, assegurando continuidade do acompanhamento socioassistencial;</p> <p>Promover treinamentos periódicos e atualização constante das equipes, garantindo prontidão e eficácia na resposta a situações de risco.</p>	
<p>Criar benefícios assistenciais decorrentes de Calamidade Pública.</p>	<p>Garantir o acesso rápido e eficiente a benefícios assistenciais para pessoas e famílias afetadas por calamidades públicas;</p> <p>Estruturar critérios claros e objetivos para a concessão de benefícios, assegurando transparência, equidade e legalidade;</p> <p>Integrar a oferta de benefícios com outros serviços socioassistenciais e políticas públicas, promovendo atendimento integral às vítimas;</p> <p>Fortalecer a capacidade de resposta da assistência social em emergências, reduzindo vulnerabilidades e riscos sociais;</p> <p>Monitorar e avaliar o impacto dos benefícios concedidos, ajustando mecanismos e processos para aprimorar a eficácia da assistência.</p>	<p>2026 a 2029</p>



	<p>Integrar o Sistema de Vigilância Socioassistencial com políticas públicas e serviços intersetoriais, ampliando a articulação da rede;</p> <p>Identificar vulnerabilidades, riscos e situações de violação de direitos, permitindo respostas rápidas e eficazes;</p> <p>Promover capacitação contínua das equipes para utilização eficiente do sistema, assegurando qualidade, confiabilidade e consistência das informações.</p>	
Construir dos fluxos para os processos de trabalho.	<p>Estruturar procedimentos claros e padronizados para todas as etapas dos processos de trabalho nos equipamentos da assistência social;</p> <p>Facilitar a comunicação e integração entre as equipes, promovendo articulação intersetorial e continuidade do atendimento;</p> <p>Reduzir falhas, sobreposições e atrasos nos processos, assegurando qualidade e celeridade na prestação de serviços;</p> <p>Promover monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de trabalho, permitindo ajustes e aprimoramentos conforme necessidades identificadas.</p>	2026 a 2029
Criar indicadores de monitoramento e avaliação de cada serviço dentro do Sistema.	<p>Inserir os indicadores físicos no Sistema, com vistas ao monitoramento e avaliação das ofertas e atendimentos de maneira informatizada;</p> <p>Estabelecer indicadores claros, mensuráveis e específicos para cada serviço socioassistencial, permitindo acompanhamento eficaz do desempenho;</p> <p>Garantir que os indicadores possibilitem avaliação contínua da qualidade, efetividade e impacto dos serviços prestados;</p> <p>Integrar os resultados do monitoramento com a gestão e planejamento das políticas de assistência, favorecendo a tomada de decisão baseada em dados;</p>	2026 a 2029



	Identificar rapidamente deficiências, fragilidades e oportunidades de melhoria em cada serviço, promovendo ajustes estratégicos.	
Estudar a viabilidade para habilitação da Gestão Plena.	<p>Avaliar as condições técnicas, administrativas e financeiras do município para alcançar a habilitação da Gestão Plena da Política de Assistência Social, conforme diretrizes do SUAS;</p> <p>Elaborar relatório de viabilidade com recomendações e plano de adequações até 2027;</p> <p>Implementar ações corretivas identificadas no estudo até 2028;</p> <p>Submeter à aprovação do CNAS/SEMAS para habilitação plena até 2029.</p>	2026 a 2029
Elaborar planejamento anual estratégico com os serviços.	<p>Ajustar e atualizar o planejamento com base nos resultados e indicadores de desempenho;</p> <p>Garantir o planejamento integrado, participativo e alinhado às diretrizes do SUAS, otimizando a execução das ações dos serviços, programas e projetos da assistência social;</p> <p>Monitorar e analisar continuamente os serviços, programas e benefícios da assistência social, garantindo informações atualizadas para planejamento e gestão eficiente;</p> <p>Implementar monitoramento contínuo de todos os serviços e programas;</p> <p>Produzir relatórios semestrais com indicadores de execução e resultados;</p> <p>Utilizar os dados para subsidiar decisões estratégicas e melhoria na oferta de serviços.</p>	2026 a 2029



OBJETIVO: Aperfeiçoar as estratégias de gestão com o objetivo de assegurar a implementação das ações estabelecidas na Política Municipal de Assistência Social, abrangendo todos os níveis de proteção.

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Ampliar e qualificar as equipes e qualificar as condições de trabalho	<p>Fortalecer a capacidade operacional dos serviços e equipamentos socioassistenciais, garantindo melhor atendimento à população e condições adequadas de trabalho para as equipes;</p> <p>Ampliar as equipes necessárias nos serviços/equipamentos conforme demanda;</p> <p>Aprimorar a infraestrutura e condições de trabalho de todos os serviços/equipamentos;</p> <p>Avaliar semestralmente a satisfação das equipes e a qualidade do atendimento prestado.</p>	2026 a 2029
Elaborar Plano de Educação Permanente para execução englobando todas as áreas de atuação do SUAS e principais parceiros.	<p>Desenvolver ações educativas contínuas alinhadas às demandas da gestão e dos serviços (CRAS, CREAS, acolhimento etc.);</p> <p>Promover o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade entre os profissionais;</p>	2026 a 2029

Criar e implantar protocolos e fluxos de atendimento intersetorial

	(CRAS, CREAS, UBS, escolas etc.); Realizar revisões anuais dos protocolos, conforme avaliação e novas demandas.	
Identificar déficits de pessoal nas unidades públicas do SUAS.	Promover contratação de servidores de acordo com a necessidade, seja por meio de processo seletivo ou concurso público; Garantir condições estáveis de trabalho e continuidade dos serviços à população.	2026 a 2029
Implantar o Serviço de Residência Inclusiva.	Buscar parcerias com órgãos gestores para implantação do serviço no município (construção, equipamentos, recursos humanos etc.).	2026 a 2029
Implantar o serviço de ILPI.	Buscar parcerias com órgãos gestores para implantação do serviço no município (construção, equipamentos, recursos humanos etc.).	2026 a 2029
Garantir a construção do Centro Dia.	Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais para idosos e pessoas com deficiência, proporcionando atendimento diário, cuidados especializados e promoção da autonomia; Iniciar e concluir a construção do equipamento até 2028; Equipar o Centro com recursos materiais e humanos adequados até a inauguração; Garantir atendimento diário ao público a partir da inauguração.	2026 a 2029



Promover a reforma dos equipamentos da assistência que demandam melhorias, com vistas a atender as condições de oferta dos serviços.

211

	<p>Monitorar e avaliar a execução dos planos de ação, assegurando o alcance de resultados e a melhoria das condições de vida das famílias atendidas;</p> <p>Fortalecer a atuação técnica e a gestão compartilhada entre vigilância, coordenações e equipes de referência, promovendo planejamento participativo e territorializado.</p>	
<p>Implantar o serviço e compor a equipe do Serviço de Atendimento em Domicílio para PcD e Idosos.</p>	<p>Estruturar e implementar o Serviço de Atendimento em Domicílio, garantindo cobertura e atendimento qualificado às pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Formar equipe multiprofissional capacitada para realizar visitas, acompanhamentos e intervenções socioassistenciais no domicílio;</p> <p>Assegurar atendimento humanizado, contínuo e articulado com a rede socioassistencial e demais políticas públicas;</p> <p>Promover a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e a melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas;</p> <p>Monitorar e avaliar a execução do serviço, ajustando fluxos e práticas conforme as demandas do território e o perfil dos usuários.</p>	2026 a 2029
<p>Garantir o fortalecimento da Política de Segurança Alimentar.</p>	<p>Promover a capacitação permanente da equipe técnica;</p> <p>Assegurar a ampliação e qualificação das ações voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no município;</p> <p>Integrar as políticas de assistência social, agricultura, saúde e educação na construção de estratégias intersetoriais de combate à fome e à insegurança alimentar;</p>	2026 a 2029



	<p>Fortalecer a rede pública e comunitária de equipamentos de segurança alimentar;</p> <p>Promover ações de educação alimentar e nutricional junto às famílias e comunidades, incentivando hábitos saudáveis e sustentáveis;</p> <p>Monitorar e avaliar continuamente os indicadores de segurança alimentar, subsidiando o planejamento e a tomada de decisão na gestão municipal.</p>	
Implementar o Plano Municipal da Primeira Infância.	<p>Garantir a execução das políticas e ações voltadas à proteção, desenvolvimento e promoção integral das crianças de 0 a 6 anos no município;</p> <p>Implementar as ações previstas no Plano Municipal da Primeira Infância;</p> <p>Monitorar semestralmente os resultados das ações junto às equipes e serviços;</p> <p>Realizar avaliações anuais da efetividade das políticas implementadas;</p> <p>Promover a divulgação contínua do plano junto a gestores, profissionais e sociedade.</p>	2026 a 2029
Qualificar e ampliar as equipes de visitantes para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos (SPSBPD-GC).	<p>Contratar profissionais minimamente de nível médio para atuar como entrevistadores;</p> <p>Ampliar o número de visitantes;</p> <p>Capacitar as equipes para desenvolvimento do trabalho.</p>	2026 a 2029
Elaborar um Plano de Ação para alcançar o teto máximo do ID CRAS e CREAS.	Estruturar os equipamentos para o alcance dos índices.	2026 a 2029



<p>Garantir a criação de Comitê Gestor Intersetorial.</p>	<p>Promover a integração e articulação entre assistência social, saúde, educação e demais políticas públicas, garantindo atendimento integral e coordenado aos indivíduos e famílias;</p> <p>Elaborar e aprovar projeto de implantação do Comitê junto aos Conselhos competentes;</p> <p>Realizar reunião de apresentação da proposta e formar oficialmente o Comitê;</p> <p>Construir agendas anuais de reuniões e definir fluxos e protocolos de atendimentos;</p> <p>Aprimorar a coordenação e retorno dos encaminhamentos entre serviços;</p> <p>Garantir atendimento integral e integrado às famílias e indivíduos atendidos pelas políticas públicas.</p>	<p>2026 a 2029</p>
<p>Revisar as legislações da política municipal de assistência social.</p>	<p>Atualizar o marco legal da Política Municipal de Assistência Social em conformidade com as normativas do SUAS;</p> <p>Adequar legislações municipais às demandas locais e às diretrizes federais e estaduais;</p> <p>Fortalecer a gestão participativa por meio do envolvimento do Comasci e demais instâncias de controle social;</p> <p>Garantir maior clareza e efetividade nos instrumentos legais que orientam a política de assistência social;</p> <p>Consolidar a institucionalização e a sustentabilidade das ações da política municipal.</p>	<p>2026 a 2029</p>





Avaliar junto a Administração Pública a operacionalização do FMAS (para Unidade Gestora).	Verificar a possibilidade da operacionalização do FMAS como Unidade Gestora.	2026 a 2029
Construir ou alugar casa para a abertura de mais um CREAS.	Captação de recursos para efetivação do aluguel ou construção; Garantir o funcionamento do equipamento com infraestrutura e equipe adequadas.	2026 a 2029



Organizar agenda periódica de reuniões dos Conselhos Municipais.	<p>Elaborar e divulgar cronograma anual de reuniões dos Conselhos; Promover registro e acompanhamento das deliberações para encaminhamentos; Integrar a agenda das reuniões com planos e ações estratégicas do município; Garantir os registros das atas.</p>	2026 a 2029
Garantir a realização de Conferências Municipais.	<p>Realizar conferências da assistência social conforme calendário estadual e nacional para fortalecer a participação social, o controle social e as políticas públicas; Mobilizar sociedade civil, conselhos e gestores para participação ativa; Organizar a logística de local, material e equipe de apoio; Sistematizar as deliberações e encaminhamentos das conferências para a gestão municipal; Realizar as conferências previstas no calendário municipal, com participação representativa de gestores, conselheiros e sociedade civil, e registros documentados das deliberações.</p>	2026 a 2029
Fortalecer a participação do Controle Social	<p>Capacitar conselheiros e representantes da sociedade civil sobre direitos, deveres e instrumentos de controle social; Ampliar mecanismos de comunicação e transparência (reuniões, relatórios, publicações online);</p>	2026 a 2029





	<p>Incentivar a participação em conselhos, conferências e fóruns municipais;</p> <p>Sistematizar e acompanhar as deliberações e encaminhamentos dos conselhos e conferências;</p> <p>Garantir a participação das instâncias de controle social previstas (conselhos, conferências e fóruns) funcionem regularmente, com documentação das deliberações e ações de acompanhamento.</p>	
--	--	--



220

221

OBJETIVO: Melhorar de maneira continuada as condições técnicas de oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS.

DIRETRIZ: Garantir a execução das ofertas por meio de equipes de referência dos serviços.

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Elaborar Plano de Formação Continuada para os servidores.	<p>Qualificar permanentemente os trabalhadores da Assistência Social, promovendo o aprimoramento técnico, ético e político necessário para a execução das ações do SUAS em seus diferentes níveis de proteção;</p> <p>Fortalecer a capacidade de gestão e de atendimento da rede socioassistencial, assegurando que os servidores estejam preparados para responder de forma efetiva, humanizada e integrada às demandas dos usuários;</p> <p>Promover a valorização e o reconhecimento dos profissionais da SEMDES, estimulando o desenvolvimento de competências, a motivação e o compromisso com os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social;</p> <p>Garantir a formação permanente como eixo estruturante da política de recursos humanos do SUAS, contemplando temas relacionados à gestão, vigilância socioassistencial, proteção social básica e especial, intersetorialidade e direitos humanos;</p>	2026 a 2029

Implementar ações sistemáticas de mediação e gestão de conflitos no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, promovendo um ambiente organizacional saudável, cooperativo e orientado para o fortalecimento das relações de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população.

Desenvolver e implementar ações voltadas à promoção, prevenção e cuidado com a saúde mental dos servidores da Semdes, em conformidade com as diretrizes da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece as disposições gerais sobre segurança e saúde no trabalho, assegurando condições adequadas, bem-estar psicossocial e um ambiente laboral saudável e humanizado, essencial à qualidade dos serviços prestados à população de Cachoeiro de Itapemirim.

Implementar ações permanentes de prevenção e combate ao assédio moral nos ambientes de trabalho da Semdes, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) e demais legislações correlatas de proteção à saúde e à dignidade do trabalhador, promovendo um ambiente institucional ético, seguro, respeitoso e livre de qualquer forma de violência psicológica ou constrangimento.

OBJETIVO: Ampliar e fortalecer a rede socioassistencial de ofertas dos SUAS.

DIRETRIZ: Execução indireta dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios.

Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Realizar capacitação sobre a Lei nº 13.019/2014 (MROSC) e Decreto Municipal nº 27391/2017.	Qualificar equipes e gestão; Garantir a efetivação, execução e prestação de contas da parceria.	2026 a 2029
Garantir a melhoria dos processos de monitoramento e avaliação dos Termos de Parcerias (ILPIs, Casa de Passagem, dentre outras).	Qualificar as ações de monitoramento e avaliação das parcerias; Criar e fortalecer a Comissão de Monitoramento e Avaliação; Criar instrumentos padronizados de monitoramento e avaliação das parcerias.	2026 a 2029
Elaborar e publicar Edital de Chamamento Público para a seleção de organizações da sociedade civil aptas à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes, assegurando a oferta qualificada, complementar ao trabalho do CRAS.	Garantir a continuidade e ampliação da oferta do SCFV para crianças e adolescentes, assegurando o acompanhamento protetivo e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários nos territórios de maior vulnerabilidade social; Selecionar entidades parceiras com capacidade técnica e operacional comprovada, que atendam às normativas do SUAS, às orientações da	2026 a 2029

Garantir a realização anual da Feira da Bondade como ação integrada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), em parceria com entidades socioassistenciais, organizações da sociedade civil e demais órgãos públicos, fortalecendo a mobilização comunitária, a solidariedade e a visibilidade das ações da rede socioassistencial de Cachoeiro de Itapemirim.

	<p>Estimular a sustentabilidade financeira das entidades da rede socioassistencial, possibilitando a comercialização de produtos, serviços e ações solidárias durante a Feira, contribuindo para a manutenção de suas atividades;</p> <p>Fomentar a cultura de solidariedade e voluntariado, incentivando a corresponsabilidade social e o engajamento da população nas causas voltadas à promoção dos direitos e ao fortalecimento da convivência comunitária;</p> <p>Valorizar o protagonismo dos usuários e trabalhadores do SUAS, oferecendo oportunidades de expressão artística, cultural e de convivência social que reforcem os vínculos e a autoestima;</p> <p>Planejar e executar o evento de forma participativa e intersetorial, envolvendo diferentes setores da SEMDES, conselhos municipais, instituições parceiras e voluntários, assegurando organização, acessibilidade e ampla divulgação;</p> <p>Garantir a transparência e a responsabilidade social na gestão dos recursos e das parcerias envolvidas, observando os princípios da administração pública e as normas de colaboração com organizações da sociedade civil;</p> <p>Consolidar a Feira da Bondade como evento permanente no calendário municipal, fortalecendo sua identidade como uma iniciativa tradicional de mobilização social e valorização das ações de assistência social em Cachoeiro de Itapemirim.</p>	
Fortalecer a Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade, por meio de gestão financeira articulada pela Semdes, garantindo planejamento, alocação e monitoramento adequados dos recursos destinados aos serviços especializados, assegurando atendimento qualificado, contínuo e integrado às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	<p>Repassar, monitorar e avaliar recursos às entidades nos respectivos Conselhos, com objetivo de fortalecê-los na execução dos serviços;</p> <p>Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos financeiros destinados à PSE de Média Complexidade, promovendo a sustentabilidade dos serviços e o cumprimento das metas previstas no ciclo de gestão;</p>	2026 a 2029



Planejar e monitorar os investimentos nos equipamentos e programas da rede, garantindo que recursos humanos, materiais e estruturais estejam alinhados às necessidades dos serviços e ao perfil da população atendida;

Fortalecer a capacidade técnica e operacional da rede, assegurando que os recursos financeiros subsidiem a qualificação profissional, a supervisão técnica e a implementação de boas práticas no atendimento socioassistencial;

Garantir transparência, controle social e prestação de contas, disponibilizando informações sobre a alocação, execução e resultados do uso de recursos, em conformidade com as normativas legais e princípios da administração pública;

Estimular a intersetorialidade e a eficiência na utilização dos recursos, articulando a rede socioassistencial com políticas públicas de saúde, educação, cultura e segurança, garantindo respostas integradas e complementares às demandas da população;

Planejar a sustentabilidade financeira da rede, promovendo a captação de recursos adicionais, parcerias institucionais e estratégias de otimização de custos, assegurando continuidade e ampliação dos serviços;

Fortalecer a proteção, a inclusão e a autonomia dos usuários, garantindo que os recursos financeiros subsidiem ações de qualidade que promovam vínculos familiares, comunitários e o exercício pleno dos direitos socioassistenciais.

Ampliar as fontes de captação de recursos e o volume de recursos para investimento e custeio.

Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social e outras políticas públicas no campo da criança e do adolescente e do idoso.

230

Implementar a revisão contínua dos processos contábeis e financeiros da Semdes, garantindo a eficiência, transparência e conformidade legal na gestão dos recursos públicos destinados à política de assistência social em Cachoeiro de Itapemirim, promovendo uma administração responsável e alinhada às diretrizes do SUAS.

	<p>Fortalecer a transparência na gestão de recursos públicos, garantindo registros precisos e atualizados que permitam acompanhamento e prestação de contas à sociedade, aos conselhos municipais e aos órgãos de controle;</p> <p>Promover capacitação permanente da equipe financeira e contábil, visando a atualização sobre normas, sistemas e boas práticas de gestão, aumentando a qualificação técnica dos servidores;</p> <p>Integrar os processos contábeis e financeiros com a gestão orçamentária e administrativa, garantindo que as decisões estratégicas e operacionais da Semdes sejam sustentadas por informações precisas e confiáveis;</p> <p>Estabelecer rotinas periódicas de auditoria interna e monitoramento, permitindo a detecção precoce de falhas ou irregularidades e a adoção de medidas corretivas imediatas;</p> <p>Otimizar o uso dos recursos públicos, garantindo que as alocações financeiras atendam de forma eficiente às prioridades e metas do Plano Municipal de Assistência Social;</p> <p>Fortalecer a sustentabilidade e a responsabilidade fiscal da SEMDES, assegurando que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma planejada, estratégica e em conformidade com os princípios da administração pública;</p> <p>Elaborar Plano de Ação para divulgação do FIA e Fundo do idoso para captação de recursos;</p> <p>Elaborar Plano de Ação de captação de recursos junto às empresas, para execução pelos Conselhos e entidades.</p>	
--	--	--



Desenvolver e implementar ações de captação de recursos financeiros para o fortalecimento das áreas de Gestão, Vigilância Socioassistencial, Financeiro, Controle Social e Contábil da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes), garantindo sustentabilidade orçamentária, aprimoramento da gestão do SUAS e ampliação da capacidade de investimento na rede socioassistencial.

OBJETIVO: Promover a segurança alimentar e nutricional por meio da captação, seleção e distribuição de alimentos a famílias e instituições em situação de vulnerabilidade social.

DIRETRIZ: Garantir o direito humano à alimentação adequada, fortalecendo a política de segurança alimentar e nutricional com base na sustentabilidade, no combate ao desperdício e na promoção da inclusão social.

	Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Banco de Alimentos	Fortalecer o Banco de Alimentos como equipamento essencial de segurança alimentar e nutricional, ampliando a captação, triagem e distribuição de alimentos para famílias e instituições socioassistenciais, em articulação com a rede pública, parceiros privados e agricultura familiar.	<p>Promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade para famílias e instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução da insegurança alimentar e o desperdício de alimentos;</p> <p>Ampliar em 20% o número de famílias e instituições atendidas pelo Banco de Alimentos;</p> <p>Implantar o setor de alimentos minimamente processados até 2026;</p> <p>Implantar o Projeto de Compostagem e Horta até 2028;</p>	2026 a 2029

CONSEAN

OBJETIVO: Garantir o direito à moradia digna por meio da execução de ações de habitação e regularização fundiária, promovendo a inclusão social e o ordenamento urbano do município.

DIRETRIZ: Promover a integração das políticas de habitação e assistência social, assegurando o acesso à moradia digna, à regularização fundiária e à melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade.

	Estratégias	Objetivos e Metas	Prazo de Execução
Habitação e Regularização Fundiária	<p>Identificar famílias em situação de vulnerabilidade habitacional;</p> <p>Articular com órgãos municipais, estaduais e registros de imóveis;</p> <p>Apoiar processos de regularização fundiária;</p>	<p>Assegurar acesso à moradia digna e regularização fundiária; mapear e cadastrar 100% das famílias;</p> <p>Integrar programas de habitação com serviços socioassistenciais; implementar programas de regularização fundiária para atender 80% das famílias;</p> <p>Reduzir informalidade e promover segurança jurídica; e integrar 100% dos beneficiários com serviços do CRAS/CREAS;</p>	2026 a 2029

237

	<p>Capacitar servidores e técnicos sobre REURB-S;</p> <p>Monitorar e avaliar processos de regularização.</p>	<p>serviços do CRAS/CREAS;</p> <p>Aprimorar capacidade técnica para gestão de processos; e realizar uma capacitação anual sobre REURB-S;</p> <p>Garantir acompanhamento contínuo e qualidade do serviço; e avaliar anualmente o andamento e impacto dos processos.</p>	
REURB-E – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico	<p>Identificar e mapear áreas urbanas com ocupações irregulares de interesse específico;</p> <p>Articular com órgãos públicos e privados;</p> <p>Apoiar processos de titulação;</p> <p>Capacitar servidores;</p> <p>Integrar beneficiários aos serviços socioassistenciais.</p>	<p>Assegurar a regularização fundiária de áreas de interesse específico, garantindo segurança jurídica, ordenamento urbano e articulação intersetorial;</p> <p>Mapear 100% das áreas elegíveis;</p> <p>Regularizar 70% das áreas;</p> <p>Realizar uma capacitação anual sobre REURB-E;</p> <p>Integrar 100% dos beneficiários à rede socioassistencial, quando aplicável;</p> <p>Realizar monitoramento anual dos processos.</p>	2026 a 2029
Comissão Especial de Análise de Projetos de Regularização Fundiária (COERF	Fortalecer a atuação da COERF para garantir celeridade e qualidade na análise e aprovação dos projetos de regularização fundiária.	Aprimorar os processos de análise técnica e jurídica da regularização fundiária, assegurando conformidade legal e efetividade das ações de REURB no município;	2026 a 2029





		<p>Realizar reuniões periódicas da COERF (duas reuniões mensais);</p> <p>Analisar e emitir parecer técnico em 100% dos projetos de REURB protocolados;</p> <p>Garantir a tramitação regular dos processos até a expedição das Certidões de Regularização Fundiária (CRF);</p> <p>Promover capacitação anual dos membros da comissão sobre legislação e boas práticas de regularização.</p>	
--	--	--	--



9 FINANCIAMENTO

O modelo de gestão preconizado pelo SUAS prevê o financiamento compartilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e é viabilizado por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de assistência social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes, conforme institui a NOB/SUAS de 2012.

A aplicação dos recursos da assistência social deve estar voltada à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política. Conforme estabelece, o Art.30 da LOAS, é condição para os repasses, aos municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta Lei, a efetiva instituição e funcionamento de: Conselhos de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos de Assistência Social; Plano de Assistência Social.

Em 2015, por meio da Portaria 113, foi regulamentado o cofinanciamento federal, na modalidade fundo a fundo, dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de Blocos de Financiamento da assistência social, bem como dos programas e projetos socioassistenciais. Com o objetivo de tornar mais ágil a execução dos recursos, foi criado o conceito de Blocos de Financiamento, com vistas a dar maior liberdade ao gasto do recurso no mesmo nível de proteção. Por exemplo, para todos os serviços da proteção social básica, haverá apenas uma conta a ser gerenciada, com a possibilidade de realocar recursos de um serviço para outro, conforme as necessidades de cada município, respeitando o bloco de destinação do recurso. É importante salientar que os conceitos de serviços e pisos não serão abolidos com a introdução dos blocos de financiamento.

A partir de 2017, a medida de cofinanciamento por blocos, também foi adotada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Estadual Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social tem Previsão Orçamentária para o ano de 2025, de acordo com a LOA – Lei Orçamentária Anual no valor de R\$



39.734.097,13 (trinta e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil, noventa e sete reais e treze centavos), sendo que deste montante, R\$ 27.201.203,76 (vinte e sete milhões, duzentos e um mil, duzentos e três reais e setenta e seis centavos) são de recursos próprios. A previsão orçamentária de 2026 a 2029 encontra-se na tabela 18:

Tabela 18 - Recursos federal, estadual e municipal previstos na assistência social em 2026, 2027, 2028 e 2029

	2026	2027	2028	2029
Recurso Próprio	R\$ 28.074.217,60	R\$ 29.205.441,12	R\$ 30.302.805,74	R\$ 31.476.618,05
Federal	R\$ 3.318.766,60	R\$ 3.467.931,51	R\$ 3.641.629,76	R\$ 3.800.094,12
Estadual	R\$ 5.231.641,60	R\$ 5.227.055,51	R\$ 5.307.437,01	R\$ 5.402.064,34
FIA	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Fundo Municipal dos Direitos PCD	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	2.800.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
FUMSAN	R\$ 1.033,57	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Emendas Parlamentares	R\$ 1.648.150,00	R\$ 1.472.882,50	R\$ 232.582,50	R\$ 517.882,50

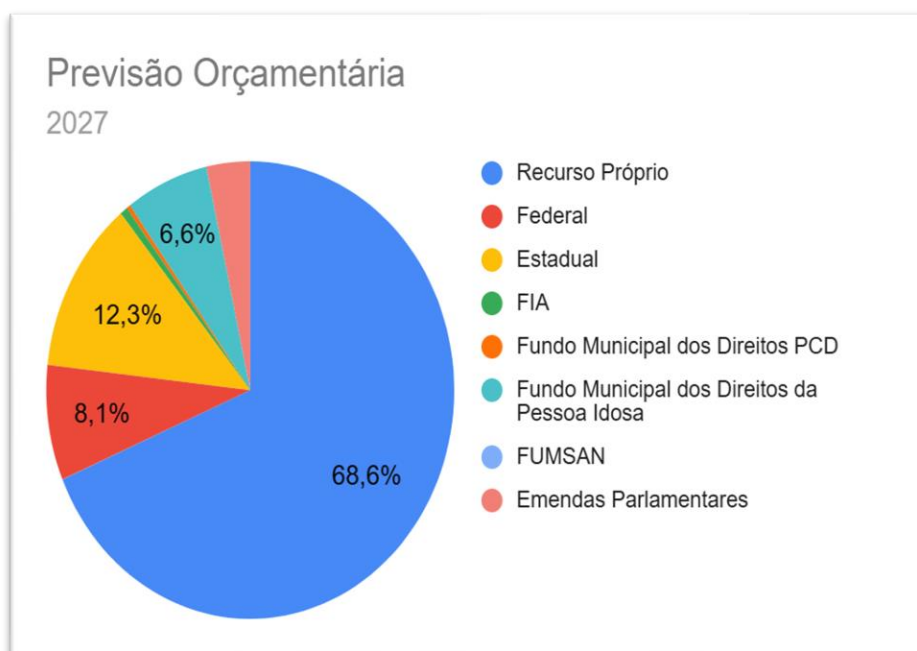
Fonte: Financeiro/Semdes (2025)

A seguir, foi projetada, na forma de gráficos, a previsão orçamentária para os anos de 2026 a 2029, em conformidade com as estimativas contidas no PPA 2026-2029.



específicas identificadas no território. Esses aportes adicionais contribuem para a diversificação das fontes de financiamento, fortalecendo a capacidade de resposta da política municipal às situações de vulnerabilidade e risco sociais e ampliando as possibilidades de investimento na melhoria contínua do atendimento ofertado às famílias e indivíduos.

Gráfico 20 – Previsão orçamentária 2027



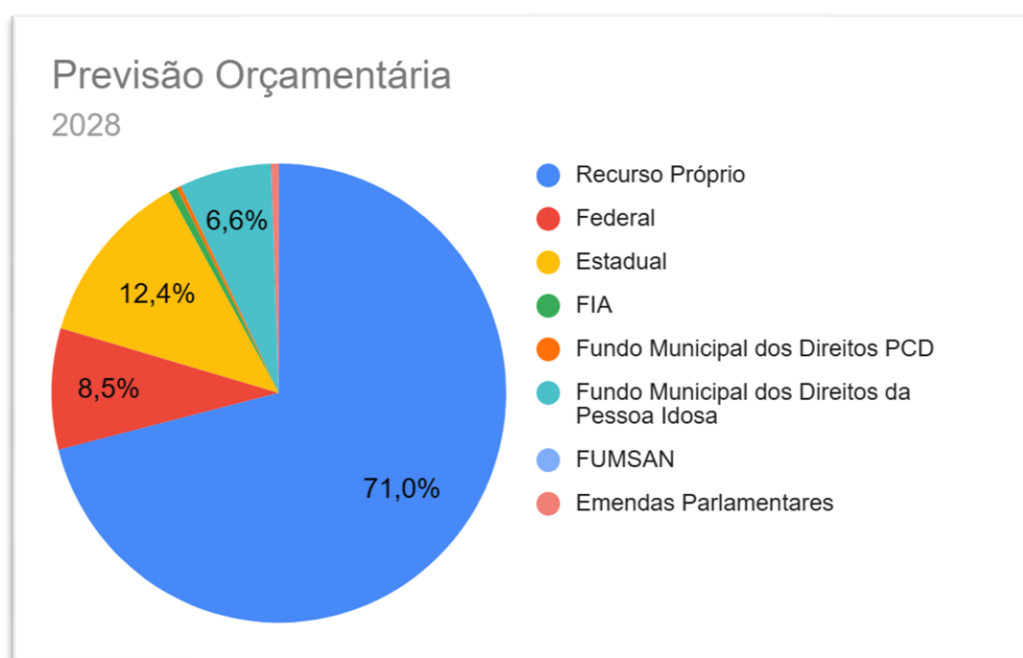
Fonte: Financeiro (Semdes)

O gráfico apresentado demonstra que 68,6% da previsão de receita destinada à Política Municipal de Assistência Social advém de recursos próprios, reafirmando o compromisso da gestão local com o financiamento continuado e a manutenção das ofertas socioassistenciais. Tal conformidade atende ao disposto na Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece a responsabilidade compartilhada entre os entes federados para assegurar a universalização e a continuidade dos serviços (BRASIL, 1993). O aporte majoritário de recursos locais evidencia a priorização da política no planejamento orçamentário municipal, garantindo o custeio regular dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, conforme diretrizes da Política Nacional de



Observa-se, ainda, que 20,9% dos recursos projetados decorrem de transferências vinculadas ao cofinanciamento federal e estadual. Esses aportes constituem um dos pilares da gestão compartilhada, permitindo complementar o financiamento municipal fortalecer a rede e ampliar a capacidade de resposta às demandas territoriais identificadas pela Vigilância Socioassistencial. O cofinanciamento interfederativo é fundamental para garantir a continuidade das ofertas tipificadas, a qualificação das equipes e a execução de serviços essenciais à proteção social dos indivíduos e famílias. Além disso, o gráfico evidencia que 6,6% da previsão de receitas refere-se aos Fundos Municipais e às Emendas Parlamentares, recursos estratégicos que contribuem para o aprimoramento da infraestrutura, a realização de investimentos específicos, a implementação de projetos complementares e a execução de iniciativas que promovam inovação e fortalecimento das respostas socioassistenciais. A presença dessas fontes complementares amplia a capacidade de gestão, favorece a diversificação de investimentos e fortalece a efetividade da política, qualificando o atendimento e garantindo maior aderência às necessidades apresentadas nos territórios.

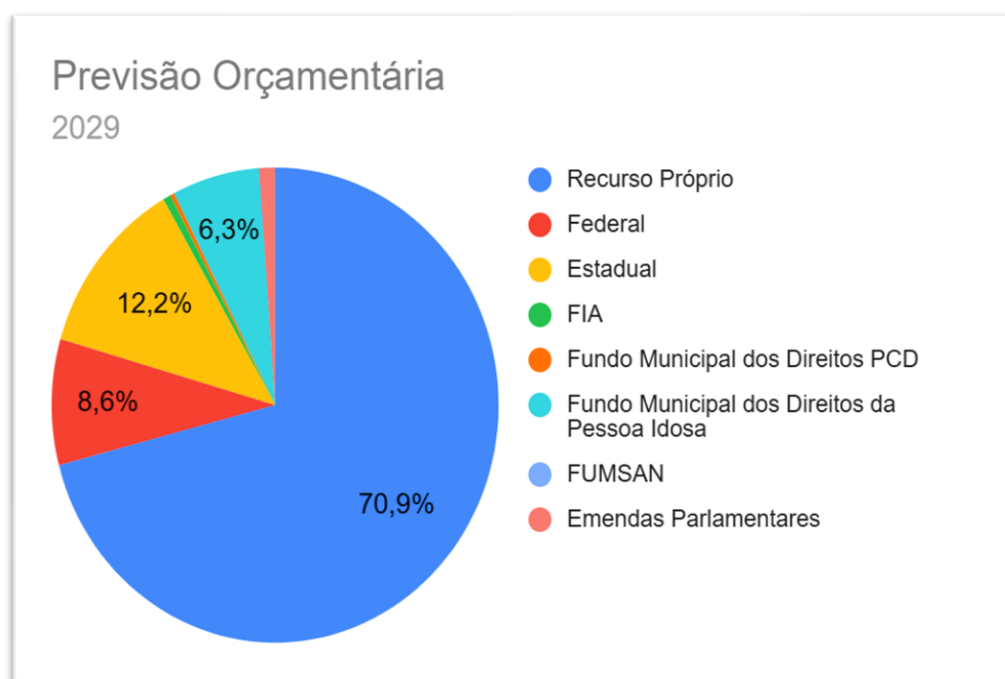
Gráfico 21 – Previsão orçamentária 2028



Fonte: Financeiro (Semdes)



Gráfico 22 – Previsão orçamentária 2029



Fonte: Financeiro (Semdes)

O gráfico apresentado projeta a previsão de receita composta por 70,9% de recursos próprios, o que reafirma o compromisso da gestão municipal com a garantia da continuidade e qualidade dos serviços socioassistenciais, em consonância com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), que estabelece a responsabilidade compartilhada entre os entes federados e determina que os municípios devem assegurar a oferta regular dos serviços socioassistenciais. Além disso, a utilização predominante de recursos próprios reforça o disposto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004), que orienta a gestão municipal a garantir sustentação financeira para a manutenção da rede socioassistencial, respeitando os eixos de matricialidade sociofamiliar, territorialização e financiamento contínuo.

Observa-se também que 20,8% da receita prevista decorrem de recursos vinculados provenientes do cofinanciamento federal e estadual, em conformidade com a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012), que



possibilitando o acompanhamento por conselhos de assistência social e demais instâncias participativas; orientar a implementação das ações: ajustar continuamente procedimentos técnicos, fluxos, protocolos e metodologias utilizadas na rede socioassistencial, assegurando a efetividade das intervenções; avaliar impactos e resultados: medir o alcance das metas e indicadores estabelecidos, verificando a efetividade dos serviços no atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

O monitoramento e a avaliação das estratégias deste plano serão realizados por meio de procedimentos sistematizados, que envolvem:

- Monitoramento contínuo: acompanhamento mensal das ações, serviços e programas, por meio da vigilância socioassistencial, sistemas de informação do SUAS (CadSUAS, Sige/SUAS, Relatórios de Gestão, SIAC/PAIF/CREAS) e outras ferramentas institucionais;
- Reuniões periódicas: encontros regulares entre o gestor da política, equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e coordenações dos serviços para análise de resultados, verificação de indicadores e proposição de ajustes;
- Relatórios parciais e anuais: elaboração de relatórios semestrais com consolidação de dados, indicadores, produtos e resultados, que servirão de base para o Relatório Anual de Gestão, instrumento obrigatório de acompanhamento e prestação de contas;
- Avaliação qualitativa e quantitativa: análise detalhada da execução e dos resultados das ações, com indicadores de cobertura, qualidade e efetividade, identificação de boas práticas e proposição de estratégias de melhoria;
- Participação social: integração do processo com o controle social, garantindo que conselhos municipais de assistência social, usuários e demais atores da rede participem ativamente da avaliação das ações e da definição de prioridades;
- Retroalimentação e aprimoramento contínuo: utilização dos resultados do





<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/nota-tecnica-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-13-de-31-de-dezembro-de-2024/consolidado>. Acesso em: 10 set. 2025.

